

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**PÓS-MODERNISMO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: UMA
REVISÃO DE LITERATURA**

ELISA SENA LANGE

Florianópolis, 2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**PÓS-MODERNISMO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: UMA
REVISÃO DE LITERATURA**

Monografia submetida ao departamento de
Ciências Econômicas para obtenção de
carga horária na disciplina CNM 5420 –
Monografia.

Por: Elisa Sena Lange

Orientador: Professor Helton Ricardo Ouriques

Área de Pesquisa: Evolução do Capitalismo Contemporâneo

Palavras-Chave: *Capitalismo Contemporâneo, Pós-Modernismo, Acumulação Fordista, Acumulação Flexível.*

Florianópolis, 2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A banca examinadora resolveu atribuir a nota à aluna Elisa Sena Lange na Disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca examinadora:

Professor Helton Ricardo Ouriques, Dr.
Orientador

Professor

Professor

Florianópolis, 2009

RESUMO

A pós-modernidade diz respeito à condição cultural atual, resultado de um período de transitoriedade nos valores culturais a partir da década de 1950. Este movimento tem em si um conceito que se quer contrário à modernidade dos séculos passados que se entende até a Segunda Guerra Mundial. À medida que ascende uma época pós-modernista, os hábitos cotidianos são mudados, os sentimentos e sensações sofrem variações essenciais, muda-se a percepção de mundo e sua estrutura cultural. Data do mesmo período a reinvenção capitalista que resulta em sua forma contemporânea: o regime de acumulação flexível. Transformações nas relações econômicas de troca, na estrutura do sistema produtivo, na política e no comportamento cultural ocorrem em paralelo e tendem a expressar uma lógica comum através da qual acontecem. Neste trabalho é feita uma revisão de literatura acerca do assunto proposto e uma análise das modificações ocorridas na segunda metade do século XX que impactaram definitivamente na estrutura social atual.

Palavras-chave: *Pós-Modernismo, Capitalismo Contemporâneo, Acumulação Flexível.*

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	6
1.1.Tema e problema	6
1.2.Objetivos.....	7
1.2.1.Objetivo Geral	7
1.2.2.Objetivos Específicos	7
1.3.Justificativa	8
1.4.Metodologia	9
2.MODERNIDADE E MODERNIZAÇÃO CAPITALISTA.....	10
3.TRANSIÇÃO DA MODERNIDADE FORDISTA PARA A PÓS-MODERNIDADE FLEXÍVEL	25
4.A NOVA SOCIEDADE DE CONSUMO E A MERCANTILIZAÇÃO DE TODAS AS COISAS.....	47
5.CONCLUSÃO	52
REFERÊNCIAS	54

1. INTRODUÇÃO

1.1. *Tema e problema*

A nova configuração do modo como a sociedade tem se relacionado com o tempo e o espaço nas últimas décadas apresenta uma mudança no campo cultural e político-econômico. A partir do anúncio de um novo tipo de sociedade, a idéia de *pós-modernismo* surge como meio para um novo conceito abrangente dos fenômenos culturais e políticos contemporâneos.

Com base na inter-relação existente nas diversas esferas da produção social, faz-se visível o vínculo entre as manifestações artísticas e a estrutura sócio-econômica na qual estão inseridas. Desse modo, o recente e simultâneo desenvolvimento de novas formas de expressão cultural, de formas flexíveis de produção do capital e de uma nova “compreensão do tempo-espaço” sugere-nos possível a proposição de que, no atual sistema capitalista multinacional, estágio que se convencionou chamar globalização, a lógica inerente ao capitalismo contemporâneo é sócio-cultural e estética, e, portanto, pós-moderna. Assim, no cerne do termo *pós-modernismo* define-se a reação ao *modernismo*, ou pelo menos uma ruptura com este último. Como observado por Paulo Sérgio Rouanet, em “As Origens do Iluminismo”, o prefixo *pós* expressa mais veementemente o significado de desfazer o velho (a modernidade) do que conjugar o novo (o pós-moderno), o que provoca um estado de consciência de ruptura.

Os argumentos pós-modernos ao longo do tempo mais se estabelecem do que são contrapostos, refletindo uma nova configuração do desenvolvimento social, político e intelectual, ao passo que são conectados com idéias que remetem ao surgimento de uma era pós-industrial ou pós-capitalista. Sem embargo, ainda que essa inserção conceitual seja crescente, o uso do termo *pós-modernismo* causa controvérsias para os que atribuem incoerência e modismo ao seu significado e acreditam que a sociedade mundial ainda não saiu da Modernidade. Nesse sentido, cabe questionar quais são os rumos do atual sistema mundial capitalista, que transita para um novo paradigma, bem como a maneira que se estrutura a organização da economia global e o funcionamento da produção cultural dentro desses novos parâmetros, de modo a identificar quais são as idéias dominantes que circundam as definições do fundamento cultural, político e sócio-econômico atual.

Esta monografia tem como objetivo abordar a distinção entre modernismo e pós-modernismo, tentando evidenciar as tendências culturais e comportamentais contemporâneas como elementos associados a uma mudança no capitalismo, determinada pela passagem do fordismo para a acumulação flexível. Nessas condições, o que Harvey chama de *acumulação flexível* teria correspondência com mudanças nas manifestações culturais? E se tem que manifestações são essas? Essas manifestações são diferentes das existentes em outros períodos históricos? O que simbolizam? Seria a manifestação da mercantilização de tudo, da transformação de todos os aspectos da vida social em mercadoria? São algumas questões as quais se pretende elucidar ao longo desta pesquisa.

A abordagem e análise dos conceitos de Modernidade e Pós-Modernidade e suas expressões, presentes neste trabalho, buscam o esclarecimento de limites e rupturas desses processos e o mapeamento cognitivo do sistema presente para uma nova consciência ideológica comum, expressa pelo sentido de pós-modernismo.

1.2. Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Pretende-se ao longo da pesquisa explorar evidências de manifestações de valores pós-modernos no capitalismo contemporâneo, verificando a relação existente entre uma condição histórica pós-moderna e a evolução econômico-social presente.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Discutir os conceitos de Modernidade e Pós-Modernidade dentro de seus contextos econômicos, sociais e culturais.
- Analisar os aspectos de mudança nas relações econômicas atuais e na configuração das características do sistema capitalista contemporâneo.

- Examinar as expressões culturais contemporâneas bem como sua articulação com os atuais meios de produção.
- Expor o impacto da conectividade existente entre os meios cultural, político e econômico.

1.3 Justificativa

Afora o interesse pessoal da autora deste trabalho em adquirir uma bagagem teórica do tema abordado, aumentando seu conhecimento através do desenvolvimento do assunto e contribuindo para a solução de problemáticas acerca do mesmo, o objeto desta pesquisa se impõe pela recorrente discussão a respeito de uma nova tendência intelectual, surgida na segunda metade o século passado, que configuraria uma nova estrutura do pensamento mundial, das práticas sociais e do capitalismo global, a saber, o pós-modernismo.

Assim, a pesquisa se presta a investigar a natureza do pós-modernismo, desenvolvendo uma linha de análise teórica que permita a progressão da compreensão do tema e das margens que acentuam os limites entre definições fundamentais de um estado pós-moderno atual e um precedente estado moderno. O estudo pode, então, contribuir como referencial teórico para análises desse cunho, proporcionando base para o entendimento dos novos discursos que compreendem esta fase conflitante do desenvolvimento político, econômico e cultural.

As condições para o desenvolvimento deste trabalho são favoráveis, pois o material necessário para a pesquisa é de fonte teórica e de grande acessibilidade. Também se conta com a orientação de um professor da instituição da área de Evolução Econômica do Capitalismo Contemporâneo.

1.4. Metodologia

O desenvolvimento deste trabalho consiste na pesquisa bibliográfica de conceitos fundamentais das vertentes moderna e pós-moderna, além de fundamentos culturais, políticos, sociais e econômicos referentes a esses períodos. Seguindo, realizou-se análise correlacional e comparativa de tendências e constatações feitas a partir dos levantamentos feitos através do método que será aplicado para a elaboração deste trabalho.

Segundo Lakatos e Marconi (1991:183), a técnica de pesquisa bibliográfica viabiliza o contato direto do pesquisador com todo o material já publicado sobre o assunto que será tratado em seu trabalho. Assim sendo, este método consiste na utilização de fontes secundárias para o desenvolvimento de uma pesquisa, correspondendo a toda a bibliografia acerca do tema proposto, sendo livros, jornais, teses, monografias, publicações avulsas, revistas, materiais audiovisuais, entre outros. Pretende-se, portanto, que estes meios forneçam ao pesquisador uma bagagem teórica de conhecimento necessária para a produção do trabalho, permitindo não só citações do que já foi desenvolvido sobre determinado assunto, mas principalmente a análise deste, com novo enfoque, para que novas concepções sejam proporcionadas e novas conclusões sejam alcançadas.

Sublinha-se que no presente trabalho de pesquisa o material bibliográfico utilizado consistirá, principalmente, em publicações como livros, teses, publicações avulsas, etc., demandando, na consulta dessas fontes, procedimentos como identificação, localização, compilação e fichamento do material relacionado ao objeto de estudo.

Em síntese, este trabalho pretende ser uma revisão de literatura sobre o tema aqui a ser exposto.

2. MODERNIDADE E MODERNIZAÇÃO CAPITALISTA

Como um termo que pretende denominar o tempo da humanidade – este tempo que transita entre a definição moderna e pós-moderna – Teixeira Coelho afirma o *moderno* como um nome oco, um nome que admite uma variedade de conteúdos. *Moderno* é a indicação de algo concreto sem evidenciar seu significado, que supõe um conhecimento prévio de algo análogo para a compreensão de seu conceito: “A maioria das pessoas sabe reconhecer alguma coisa como moderna, embora seja incapaz de descrever ou definir em que consiste essa modernidade” (TEIXEIRA COELHO, 1990, p. 9). Temos uma referência oca do que seja moderno, e a relação estabelecida entre o objeto concreto e a designação de moderno que lhe é atribuída é passível de variados conteúdos.

Como linguagem, o *modernismo* caracteriza um estilo: um conjunto de símbolos que se unem através de um significado e traduzem uma visão de mundo. Assim, designado por Teixeira Coelho, o modernismo simboliza a representação da compreensão de uma geração sobre as relações (de existência) exercidas em sua época; é a criação, individual ou conjunta, de símbolos que representam a visão expressa de uma época.

Acerca da modernidade, o mesmo autor diz que “O modernismo é o fato, a modernidade é a reflexão”. Enquanto o modernismo é a auto-afirmação na expressão de uma época, a modernidade é o questionamento de seu significado, a busca pela descoberta de seu sentido. “A modernidade, sim, poderia ser a consciência que uma época tem de si mesma (...) – não fosse a alienação um processo social interveniente cuja finalidade é, exatamente, evitar essa consciência de si” (TEIXEIRA COELHO, 1990, p. 13).

A palavra *moderno* tem sua origem no termo *modernus* do baixo latim, que inspira o sentido de *recente*. Como no século V, das primeiras vezes em que foi mencionado, o moderno se referia ao novo tempo cristão, ao presente (cristão) que se opunha ao passado (romano) – *modernus*, de *modo*, *recente*; cf. *hodierno*, de *hodie*, hoje, este dia (TEIXEIRA COELHO, 1990).

Admitindo-se que a modernidade como período histórico de uma sociedade é relativa, ou seja, seu tempo é distinto em um espaço dividido por sua aceitação e ação, e negação ou não evolução – considere-se aqui o descompasso existente entre os tempos sociais (ou históricos) no ocidente, ingressado na tarefa de definir-se como moderno, e no oriente, com sua

permeação de pactos com a permanência de valores intersticiais a sociedades antigas –, o que se entende por um “projeto da modernidade”, como se referiu Habermas (HABERMAS, 1996, apud HARVEY), estende-se pela cultura ocidental eurocêntrica de três séculos atrás. Alguns autores mencionam o início do século XVI como o início da modernidade, porém somente o século XVIII, com a Revolução Francesa em 1790, como a concretização moderna. O fato é que o século XVIII é marcado pelo pensamento iluminista, formulador intelectual de uma nova estrutura de sociedade que rompia com a antiguidade, baseando-se na distinção e autonomia de três campos do conhecimento e da prática, a saber, ciência, arte e moral, seguidos pelos campos da lei e da política, distanciando-os do antigo domínio religioso (TEIXEIRA COELHO, 1990). Assim se queria o início moderno, com o desenvolvimento da ciência objetiva, da moralidade, das leis universais e da arte autônoma, concretizando a emancipação humana através do conhecimento científico da natureza, do desenvolvimento da racionalidade na organização social e no pensamento, e alcançando uma almejada liberdade individual do poder exercido sobre a sociedade, fosse este natural, religioso ou político (HARVEY, 1996).

Estavam subentendidos dentro do plano iluminista a ruptura e o distanciamento das formas tradicionais de organização da sociedade pré-moderna. Imersa no sentido da remota origem da palavra, a era moderna inspirava em sua realização verdadeiros significados de novo, mudança, transitoriedade, fragmentação. Admitia-se o princípio de universalidade da razão e de uma verdade geral, comum a todos.

Com a tensão exposta na frase de Baudelaire, que abre o capítulo “Modernidade e modernismo” do livro “Condição Pós-Moderna”, de David Harvey (1996), a qual diz que “a modernidade é o transitório, o fugidio, o contingente; é uma metade da arte, sendo a outra o eterno e o imutável”, Harvey presta-se a examinar a dualidade inerente ao sentido moderno posto por Baudelaire em “The Painter of Modern Life”, de 1863. Assim, sendo a ruptura, a transitoriedade e a fragmentação características da modernidade e de sua própria dinâmica, configurando um sentido de repetição desses mecanismos ao longo de seu desenvolvimento – as vanguardas são citadas como exemplo de agentes de alteração ao longo da história moderna –, o eterno e o imutável de Baudelaire parecem se opor à estrutura moderna que se observa.

Nesse sentido, Harvey utiliza-se da versão de Nietzsche quando expõe o eterno e o imutável da sociedade moderna em uma reprodução quase perversa, aplicando-a sobre a

essência destrutiva da criação, elemento de repetição fundamental da construção e do desenvolvimento contidos no ímpeto modernista, mesmo este se confrontando com os princípios iluministas da razão, dos direitos universais, da moralidade e, enfim, das verdades:

“A essência eterna e imutável da humanidade encontra sua representação adequada na figura de Dioniso: ‘Ser a um só e mesmo tempo “destrutivamente criativo” (isto é, formar o mundo temporal da individualização e do vir-a-ser, um processo destruidor da unidade) e “criativamente destrutivo” (isto é, devorar o universo ilusório da individualização, um processo que envolve a reação da unidade)’ (loc.cit.). O único caminho para a afirmação do eu era agir, manifestar a vontade, no turbilhão da criação destrutiva e da destruição criativa, mesmo que o desfecho esteja fadado à tragédia” (HARVEY, 1996, p. 26).

A tragédia relacionada ao processo de destruição criativa do desenrolar moderno faz referência à necessidade de destruição do passado – é dizer, de grande parte de suas formas, sua ruptura, - para a reconstrução de um futuro, a criação de uma nova civilização. Os fins justificam os trágicos meios para alcançá-los: é a dinâmica da “tragédia do desenvolvimento”, como dito por Berman (1982). Analogamente, a teoria do desenvolvimento capitalista de Schumpeter se reapresenta. Nela, a força motora para a evolução econômica, e conseqüentemente social e humana, é justamente o caráter empreendedor do homem capitalista, agente principal da destruição criativa, meio pelo qual é possível se concretizar a inovação tecnológica e social, essencial para o progresso e para o desenvolvimento do sistema produtivo. E como imagem do postulado capitalista schumpeteriano, a Segunda Guerra Mundial apresenta-se, segundo as palavras de Harvey (1996), como o maior evento da história da destruição criativa do capitalismo.

Reforçando o sentido do novo, tão inerente à modernidade desde sua origem até seu período mais recente, a mercantilização generalizada, que eclodiu no século XIX e passa a ser base para as relações sociais, não se limita às camadas mais básicas da reprodução social e transborda para a esfera da produção cultural. Sobre este processo que resultaria revolucionário e decisivo na reformulação do conceito de reprodução e consolidação da vida capitalista, Teixeira Coelho destaca a relação que se tinha com conceitos que se tornariam parâmetros e referências para o movimento da produção capitalista:

“A noção de novo ou, mais precisamente, a valorização do que é novo, não é uma constante na história da cultura. O novo, ou o original, não era por si só traço capaz de chamar atenção na antiga cultura chinesa. O quase oposto prevalecia: um pintor era bom quando conseguia copiar perfeitamente um mestre. A diferença era

reconhecida e também valorizada enquanto tal – mas apenas depois de seu detentor ter demonstrado que era capaz de *ser igual*. Ao contrário do que acontece nos tempos modernos, a diferença pela diferença não era um valor positivo. Mesmo na cultura ocidental o valor desmedido atribuído à originalidade *porque original é* relativamente recente. O século XVII ainda está cheio de grandes pintores que pintam *à maneira* de outros grandes pintores” (TEIXEIRA COELHO, 1990, p. 14).

A industrialização e a mercantilização do século XIX trazem consigo a valorização da originalidade como fator motivador para o consumo e para a movimentação de um mercado que então passa a desejar descontroladamente a novidade materializada e pronta para ser consumida. Essa valorização da originalidade traz consigo o conceito de agregação de valor, já que parte do princípio de que se algo é diferente deve ter maior valor que coisas ordinárias, justamente por sua diferença. Cai-se, portanto, em uma representação neurótica do novo (TEIXEIRA COELHO, 199).

A consolidação de um mercado cultural ao longo do século XIX sob esses aspectos desenhou um modelo de competição para esses produtos e inseriu o conceito de destruição criativa no próprio campo estético, reflexo do domínio que esse processo exercia sobre todos os campos da sociedade. A estética passou a ser pensada de modo a responder padrões de consumo que pudessem se reverter em vendas para uma classe de consumidores culturais. A criação artística sob os comandos mercadológicos que refletiam as circunstâncias competitivas definia, a arte modernista como obra do artista introduzido na dedicação à arte pela arte – *a diferença pela diferença* –, a fim de alcançar a produção de uma obra única, que contém o valor da originalidade, que imponha sua diferença material e de valor no mercado e que conquiste seu preço de monopólio. Com efeito, o artista se introduz na lógica do mercado e faz uso da lógica da reprodução da vida capitalista.

Sobre as circunstâncias da ordem social estabelecida nesse período (século XIX até a primeira guerra mundial) e sua influência sobre o campo estético, Harvey conclui que:

“É importante ter em mente, portanto, que o modernismo surgido antes da Primeira Guerra Mundial era mais uma reação às novas condições de produção (a máquina, a fábrica, a urbanização), de circulação (os novos sistemas de transportes e comunicação) e de consumo (a ascensão dos mercados de massa, da publicidade, da moda de massas) do que um pioneiro na produção dessas mudanças” (HARVEY, 1996, p. 32).

Como observado por Paul Virilio (1996) “toda arte moderna é ligada à invenção de motores: motor a vapor, motor de explosão, motor elétrico...”. As manifestações artísticas ligadas a essas velozes transformações ou refletem uma reação de dificuldade de absorção àquilo que ainda, por certo, nos é incompreensível, ou refletem a inserção dessas transformações na sociedade como puras ferramentas de produção – da arte, inclusive. Essas reações, o modo como aconteceram, fizeram surgir movimentos que alteraram essas mudanças ou a sustentaram, movimentos que deram forma à ambigüidade modernista. A máquina, essa grande invenção *moderna* a que toda a história da modernidade é ligada e a partir da qual as relações de produção e de informação do mundo se transformaram definitivamente.

“Tratava-se de uma extraordinária combinação entre o futurista e o niilista, o revolucionário e o conservador, o naturalista e o simbolista, o romântico e o clássico. Foi a celebração de uma era tecnológica e a sua condenação; uma excitada aceitação da crença de que os velhos regimes da cultura tinham chegado ao fim e um profundo desespero diante desse temor; uma mistura de convicções de que as novas formas eram fugas do historicismo e das pressões da época com convicções de que essas formas eram precisamente a expressão viva dessas coisas” (BRADBURY; MCFARLANE, 1996, apud HARVEY).

Apesar da diversidade que pode ser encontrada no movimento modernista como um todo, dada sua ascensão e “glória” durante determinados períodos em várias cidades que vão da Europa à América do Norte, com suas igualmente determinadas características peculiares ao ambiente cultural em que estavam envoltas – Harvey cita seus momentos de triunfo nas cidades de Chicago, Paris, Nova York, Viena, Copenhague, Berlin -, o modernismo tem seu ponto comum de origem no que Harvey (1996) chama de fenômeno urbano, relacionando-se com a experiência de transformação urbana expressa no aumento da população das cidades, na forte migração para os centros urbanos, na industrialização, na mecanização, na reorganização dos ambientes, nos movimentos urbanos políticos: “A crescente necessidade de enfrentar os problemas psicológicos, sociológicos, técnicos, organizacionais e políticos da urbanização maciça foi um dos canteiros em que floresceram os movimentos modernistas” – modernismo: *a arte das cidades* (HARVEY, 1996, p. 34).

Mesmo considerando complexa a história modernista, com toda uma variância dentro de sua vasta gama de pontuações características, Harvey (1996) destaca o delineamento de um aspecto comum – pelo menos de origem, no que foi o *projeto* da modernidade – entre todas

elas para se tornar aparente o sentido contrário que o pós-moderno impõe ao moderno – dentro da esfera estética e intelectual.

No projeto iluminista, havia preceitos que ditavam a existência de uma única verdade possível, é dizer, de uma única resposta a todas as perguntas. Além disso, o mundo deveria ser apreendido e representado de uma maneira correta através da racionalidade, que, para ser alcançada, fazia uso de todos meios matemáticos e científicos, os quais dariam as respostas para as leis iluministas (HARVEY, 1996). Esses pontos marcam a rigidez do pensamento iluminista para o projeto da modernidade e também o que seria posteriormente o alvo de ataque de idéias contrapostas que trariam sua própria queda. As contestações ao *absoluto* difundido até então tiveram início já a partir da segunda metade do século XIX e avançaram o início do século seguinte através de novos processos de experimentação na arte, com o cubismo de Picasso, na literatura de Proust, Joyce e Lawrence, na ciência com a teoria da relatividade de Einstein, na produção, com *Os princípios da administração científica* de F. W. Taylor. Essas transformações na representação e conhecimento humanos influenciaram fortemente as formas do modernismo para uma conformação diferente que construiria os contornos da modernidade mais recente, a modernidade do século XX.

Na base desse processo de transformação moderna são pontuados os principais marcos da transformação, resultados de uma “brecha” de incongruência do próprio projeto de idéias iluministas e que resultaram a reinvenção desse projeto:

“As mudanças por certo foram afetadas pela perda da fé na inelutabilidade do progresso e pelo crescente incômodo com a fixidez categórica do pensamento iluminista. Esse incômodo veio em parte do caminho turbulento da luta de classes, em particular depois das revoluções de 1848 e da publicação do *Manifesto Comunista*. Antes disso, pensadores da tradição iluminista, como Adam Smith ou Saint-Simon, podiam razoavelmente alegar que, uma vez derrubadas as grades das relações de classes feudais, um capitalismo benevolente (...) poderia trazer os benefícios da modernidade capitalista para todos. Essa tese, vigorosamente rejeitada por Marx e Engels, tornou-se menos sustentável à medida que o século passava e as disparidades de classe produzidas no âmbito do capitalismo se tornavam cada vez mais evidentes. O movimento socialista contestava cada vez mais a unidade da razão iluminista e inseriu uma dimensão de classe no modernismo” (HARVEY, 1996, p. 37).

Ainda, o desenvolvimento da psicanálise com a articulação de Freud de necessidades eróticas, psicológicas e irracionais e o relativismo de Einstein que reviu conceitos para o tempo e o espaço, e a simultaneidade absoluta, mostraram a incapacidade de abrangência que

representava o unilateralismo iluminista nas manifestações modernas. O modernismo assume, então, a relatividade das coisas, “um perspectivismo e um relativismo múltiplos como sua epistemologia, para revelar o que ainda considerava a verdadeira natureza de uma realidade subjacente unificada, mas complexa”, como escreve Harvey (1996, p. 38).

O modernismo pós- Segunda Guerra Mundial sucede seu estágio “heróico” do entre-guerras e estabelece um estado bem mais constante na sociedade. Harvey (1996) se refere a um modernismo “universal” ou “alto”, que parece ter substituído a busca anterior por um mito apropriado para a sociedade devido à homogeneidade e estabilidade alcançadas pelo sistema de poder internacional, regido pela hegemonia norte-americana e organizado através das leis do fordismo e do keynesianismo. Observa ainda que “a arte, a arquitetura, a literatura etc. do alto modernismo tornaram-se artes e práticas do *establishment* numa sociedade em que uma versão capitalista corporativa do projeto iluminista de desenvolvimento para o progresso e a emancipação humana assumira o papel de dominante político-econômica”: acreditava-se “no progresso linear, nas verdades absolutas e no planejamento racional de ordens sociais ideais” dentro de um sistema de conhecimento e produção padronizados, condições que definiam um modernismo “positivista, tecnocêntrico e racionalista”, e elitista (HARVEY, 1996, p. 42).

Apesar de ser um movimento de organização social com sua origem associada a um tempo e a um espaço (geográfico) específicos, a modernidade traz com sua ascensão um dinamismo que deriva da separação entre esses dois elementos – o tempo e o espaço – “e de sua recombinação em formas que permitem o ‘zoneamento’ tempo-espacial preciso da vida social”, para a reordenação das relações sociais a partir do fluxo contínuo de informação e conhecimento que as afetam. A dialética do tempo e do espaço na modernidade compõe suas características de descontinuidade em relação às culturas tradicionais e fundamenta suas instituições – como o capitalismo – em extremo dinamismo e escopo globalizante. Nas sociedades pré-modernas, o tempo que constituía a vida diária das pessoas era relacionado invariavelmente a um lugar, um espaço comum a esse tempo, condição para a interação dos indivíduos e atividades. Os efeitos da modernidade romperam com essa premissa de que tempo e espaço devem colidir para que haja relações interpessoais, as quais passaram a se realizar através de um tempo quantificado lógica e uniformemente pelo relógio mecânico do século XVIII, marco primordial da separação desses dois elementos: universaliza-se um tempo padronizado que se expande com a expansão da era moderna (GIDDENS, 1991).

Nesse sistema, o tempo é “pré-condição para o espaço, já que a coordenação através do tempo é a base do controle do espaço”. A possibilidade de interação entre pessoas ausentes no espaço porém presentes no tempo – em um mesmo tempo universal – é real. Em condições modernas, o espaço se anula em função do tempo, tornando-se prescindível nas relações e sofrendo alterações estruturais por questões que também lhe são ausentes espacialmente, por relações ocultas que intervêm em sua natureza (lugares distantes que se interferem através do tempo com as ações da globalização). Isso não significa uma destruição das relações pessoais ou espaciais, mas uma realocação dessas conexões em novos contextos (GIDDENS, 1991).

Como uma descontinuidade alocada igualmente em um tempo e espaço específicos na história, a modernização capitalista se insere na sociedade como elemento e como resultado da modernidade. A constituição de uma nova ordem social promovida, controlada e baseada no capitalismo traz consigo vértices de um primordial projeto iluminista e submete as esferas de toda uma sociedade à dinâmica de funcionamento e expansão do próprio sistema. Sendo produzidas dentro e através de novas condições capitalistas de relação social, as transformações, manifestações e reações da sociedade – sejam culturais, estéticas, políticas ou econômicas – devem ser compreendidas a partir de uma lógica do capital e sob o prisma da própria natureza da modernização capitalista.

Nas obras *Manifesto Comunista* e *O Capital*, Harvey (1996) encontra o que considera uma das mais completas interpretações da natureza da modernização capitalista. Sua ilustração feita da lógica por trás dos movimentos da sociedade moderna é baseada nas constatações e análises de Marx, quem Harvey (1996) afirma ser, “um dos primeiros grandes escritores modernistas, combinando todo o fôlego e vigor do pensamento iluminista com um sentido nuançado dos paradoxos e contradições a que o capitalismo está sujeito” (HARVEY, 1996, p. 97). Para Marx e Engels, os feitos da burguesia no processo de desenvolvimento capitalista contrapõem os avanços conquistados às suas inevitáveis conseqüências devastadoras: a expansão do mercado mundial através do internacionalismo, o domínio das forças da natureza, a utilização das máquinas em função da produtividade, a química em função da agricultura e da indústria, o vapor para a navegação, as estradas de ferro para a velocidade do transporte, o desmatamento para o cultivo, o aumento bombástico das populações urbanas; por outro lado, “a violência, a destruição de tradições, a opressão, a redução da avaliação de toda a atividade ao frio cálculo do dinheiro e do lucro” (HARVEY, 1996, p. 97). Os fatos concluem-se, nas palavras de Marx e Engels, como uma subversão contínua da produção, um abalo constante do sistema social, uma permanente agitação e falta

de segurança que diferenciam a época burguesa de todas as épocas precedentes. Seguindo os preceitos da modernidade:

“Dissolvem-se todas as relações sociais antigas cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de idéias secularmente veneradas; as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes mesmo de ossificar-se. Tudo que é sólido desmancha no ar, tudo que é sagrado é profanado, e os homens são obrigados finalmente a encarar com serenidade suas condições de existência e suas relações recíprocas” (Marx e Engels, 1952, p. 25).

Na origem do capitalismo encontramos um processo de desenvolvimento das relações de troca e de formação dos mercados de fixação de preços que acaba por evoluir a um sistema onde uma única mercadoria assume um valor de câmbio geral, constituída por um valor de troca que se confunde com seu valor de uso. O dinheiro substitui o caráter de câmbio que antes coexistia com o valor de uso em mercadorias comuns à reprodução cotidiana da sociedade, como comida, roupa, abrigo, e apresenta sua distinção: uma mercadoria que intercede e facilita os intercâmbios, mas cujo valor de uso e valor de troca se confundem pelo fato de sua utilidade ser constituída justamente por seu poder de representação e unificação do valor de troca de todas as mercadorias e, portanto, do trabalho social (HARVEY, 1996).

Com a formação de uma economia do dinheiro, em que o principal meio de troca cristaliza-se em uma mercadoria, as relações interpessoais assumem outra dimensão, diferente daquela que compunha comunidades “tradicionalistas” onde o contato era direto e entre pessoas familiarizadas, e se tornam impessoais e objetivas em meio à relação de dependência que há entre pessoas desconhecidas. Dentro do que Giddens (1991) denomina “desencaixe moderno dos sistemas sociais”, a criação do dinheiro – “criação de fichas simbólicas” – é um mecanismo essencial ao deslocamento das relações sociais do espaço realocadas no tempo. O dinheiro, como mercadoria pura, consolida-se como um meio de distanciamento entre tempo e espaço e possibilitando transações entre agentes separados nessa relação.

Como definido por Simmel, o engajamento econômico não mais implica, a partir do caráter de desprezo espacial do dinheiro, um engajamento pessoal. É este, fundamentalmente, o desencaixe proporcionado pelas economias monetárias modernas. Nessas condições, Harvey expõe as conseqüências que deduzem dessas relações:

“Com a proliferação das relações de troca, o dinheiro aparece cada vez mais como ‘um poder exterior aos produtores e independente deles’, razão pela qual o que ‘originalmente surge como meio de promoção da produção torna-se uma relação alheia’ a eles. A preocupação com o dinheiro domina os produtores. O dinheiro e a troca no mercado põem um véu, ‘mascaram’ as relações sociais entre as coisas. Essa condição é denominada por Marx *fetichismo da mercadoria*. (...) O conceito de fetichismo explica como, em condições de modernização capitalista, podemos ser tão objetivamente dependentes de ‘outros’ cuja vida e aspirações permanecem tão totalmente opacas para nós” (HARVEY, 1996, p. 98).

Para ser eficaz, diz Marx, o dinheiro assume formas fictícias, símbolos dele mesmo (moedas, papel-moeda, crédito), é uma “ficção arbitrária” aceita socialmente para representar com totalidade o trabalho social produzido, razão de sua validade, criando-se uma mútua relação de existência – o valor do dinheiro existe pelo trabalho, e este não pode ser senão através do dinheiro. Apesar dessa relação de existência, predomina uma relação de dominância em que o trabalho subjaz ao dinheiro. Este é passível de acumulação e torna-se expressão de poder social, meio de exercício de poder sobre pessoas (com seu poder de controle, de compra do tempo de trabalho e de compra de bens e serviços), sendo o principal motor da produção, a magna busca capitalista, o “objeto de desejo e ambição”, apesar de depender do trabalho social para sua realização. Sobre esse caráter social do dinheiro na dinâmica da sociedade moderna capitalista, Harvey diz:

“(...) O dinheiro funde o político com o econômico numa genuína economia política de avassaladoras relações de poder (...). As linguagens materiais comuns do dinheiro e da mercadoria fornecem uma base universal no capitalismo de mercado para ligar todos a um sistema idêntico de avaliação do mercado e, assim, promover a reprodução da vida social através de um sistema objetivo de ligação social. Mas, nessas restrições amplas, estamos ‘livres’, por assim dizer, para desenvolver à nossa própria maneira nossa personalidade e nossas relações, nossa ‘alteridade’, e até para forjar jogos de linguagem grupais, desde, é claro, que tenhamos dinheiro bastante para viver satisfatoriamente. O dinheiro é um ‘grande nivelador e cínico’, um poderoso solapador das relações sociais fixas e um grande ‘democratizador’. Como poder social passível de ser detido por pessoas individuais, ele forma a base de uma liberdade individual muito ampla, uma liberdade que pode ser empregada no nosso desenvolvimento como indivíduos livre-pensadores, sem referência aos outros. O dinheiro unifica precisamente *através* de sua capacidade de acomodar o individualismo, a alteridade e uma extraordinária fragmentação social” (HARVEY, 1996, p. 100).

Ao descrever o capitalismo como um processo social histórico, Wallerstein (1999) situa o capital no centro desse sistema, seu “elemento-chave”. Seu uso (o do capital), aqui em particular, é determinante para diferenciar o capitalismo de qualquer sistema histórico anterior. Materializado e convertível em dinheiro, no processo do capitalismo histórico o

capital se define para além do acúmulo de trabalho passado: se define como objeto próprio de auto-expansão. A variável vira matéria de acumulação para a promoção de uma expansão crescente. Esse mecanismo demanda o estabelecimento de relações entre o detentor do capital e outras pessoas, especificamente denominadas *relações capitalistas*. Através das relações capitalistas se realiza a acumulação capitalista, e é a predominância desta última sobre qualquer outra finalidade que possa existir em um sistema de produção social que o define como “um sistema capitalista em funcionamento”. Assim, “dizer que o objetivo de um produtor é a acumulação de capital é dizer que ele tentará produzir o máximo possível de um determinado bem e colocá-lo à venda com a maior margem possível de lucro” (WALLERSTEIN, 1999, p. 16). Esta é uma denotação da lógica capitalista que esclarece a própria lógica da modernidade. Afinal, o capitalismo não é senão a própria modernidade, um sistema onde o mundo se integra e se conecta através da produção, da indústria e do comércio; uma organização global baseada no econômico em lugar do político; uma ordem onde as relações sociais se dão através e para a economia.

Harvey (1996), ao afirmar que a fragmentação na forma dinheiro produzida pelo capitalismo é característica necessária para sua modernização, situa a moeda no centro desse processo de transformação. Essa fragmentação se dá por uma condição do próprio processo de produção e funcionamento do mercado com a divisão do trabalho e a alienação do produtor com relação ao produto, o que causa a fragmentação das tarefas sociais e da ligação entre o processo de produção e o mercado (relações de troca). Assim, a divisão social e técnica do trabalho, uma das bases da modernização capitalista, gera um mecanismo de produção que permite o crescimento econômico e a acumulação de capital, processo que se intensifica em um ambiente que propicie a especialização da produção, em um sistema econômico aberto e liberal.

Nesse contexto, a mercantilização da força de trabalho e o assalariamento são destacados por Marx como o meio básico através do qual se reproduz a vida social, a busca pelo lucro. A separação entre produtores diretos e poder dos meios de produção, a separação entre trabalho e produto do trabalho, é um processo histórico marcado pela ruptura com antigos modos de produção e se firma como base da reprodução capitalista – o trabalhador vira instrumento e seu trabalho fator de produção; o caráter humano do indivíduo desaparece a partir do momento em que é submetido a uma divisão do trabalho que o aloca na produção em condições mesmas pelas quais são alocadas as máquinas da fábrica; torna-se limitado intelectualmente e emocionalmente, reduzido à condição de trabalhador assalariado. A

conversão do trabalho em mercadoria causa uma divisão de classes, onde a classe trabalhadora permanece sob o domínio dos detentores dos meios de produção (já que a ação de compra do trabalho deixa os trabalhadores vulneráveis ao controle do capitalista), ao passo que o “fetichismo da troca de mercado” transborda para a esfera da produção.

Aparentemente, a modernidade foi o único período histórico que ofereceu condições totais propícias ao desenvolvimento dessa estrutura “mercantilizada” na esfera produtiva e ao desenvolvimento de um ciclo do capital pelo qual a acumulação é realizada (WALLERSTEIN, 1999). Dentro de um processo que se inicia com a prévia propriedade de capital (reserva de bens previamente não consumidos) por parte de alguns poucos indivíduos, requerendo em seguida certo volume de força de trabalho para a produção de bens a serem, posteriormente, comercializados a um preço capaz de incluir uma taxa de lucro em um mercado estruturado para sua distribuição a consumidores potenciais, a decisão de reter e reinvestir o lucro obtido na produção fecha o primeiro período de uma repetição de ciclos que gera a acumulação capitalista – além de outros fatores determinantes como a maior ou menor taxa de lucro e a maior ou menor competitividade.

A dificuldade de realização dessa seqüência de processos em sistemas sociais anteriores ao capitalismo estava no fato de procedimentos dessa cadeia serem considerados “irracionais e/ou imorais” por autoridades políticas e morais. Wallerstein (1999) ainda acrescenta que mesmo em situações que não houvesse a intervenção de tais autoridades sociais a intenção de acúmulo de capital muito raramente poderia ser concretizada com sucesso, dada a eventual indisponibilidade de algum dos elementos do processo (“a reserva acumulada na forma de dinheiro, a força de trabalho a ser utilizada pelo produtor, a rede de distribuidores, a demanda dos consumidores”):

“Faltavam um ou mais elementos porque, nos sistemas sociais históricos anteriores, um ou mais desses elementos não eram ‘mercantilizados’, ou o eram apenas insuficientemente. Isso significa que o processo não era considerado capaz ou passível de entrar numa transação de ‘mercado’. O capitalismo histórico incluía, portanto, a mercantilização generalizada dos processos – não simplesmente processos de troca, mas processos de produção, processos de distribuição e processos de investimento – que anteriormente haviam percorrido vias que não as de um ‘mercado’” (WALLERSTEIN, 1999, p. 12).

A seqüência da abertura de um processo de generalização da mercantilização é a extensão desse processo para todas as relações sociais das diferentes esferas da vida

econômica. Essa estrutura cria uma relação de proporção entre as variáveis *acumulação de capital, produção e consumo*, onde para haver a expansão da primeira, as duas seguintes devem igualmente expandir-se. Sendo a mercantilização dos processos sociais de produção o meio pelo qual se produz a acumulação incessante de capital, “a mercantilização de todas as coisas” é a conseqüência do desenvolvimento histórico do capitalismo (WALLERSTEIN, 1999).

Na dinâmica capitalista, a inovação é o meio pelo qual a “burguesia” supre sua necessidade constante de renovar seus instrumentos e relações de produção para poder existir:

“As ‘leis coercitivas’ da competição de mercado forçam todos os capitalistas a procurar mudanças tecnológicas e organizacionais que melhorem sua lucratividade com relação à média social, levando todos os capitalistas a saltos de inovação dos processos de produção que só alcançam seu limite sob condições de maciços superávits de trabalho. A necessidade de manter o trabalhador sob controle na fábrica e de reduzir seu poder de barganha no mercado (...) também estimula o capitalista a inovar. O capitalismo é por necessidade tecnologicamente dinâmico, não por causa das míticas capacidades do empreendedor inovador (como Schumpeter viria a alegar), mas por causa das leis coercitivas da competição e das condições de luta de classes endêmicas no capitalismo” (HARVEY, 1996, p. 102).

No processo dinâmico do capitalismo, a inovação (intrínseca à circulação de capital e necessária à manutenção ou ao acréscimo das taxas de lucro) traz imprescindivelmente consigo o conceito da *destruição criativa* como efeito, já que implica a “desvalorização”, a “destruição” de um produto em função da circulação de um “novo”. Para Harvey (1996), é essa dinâmica de produção o fator responsável pelo ciclo repetitivo de crises no sistema capitalista – “atividade moderada, prosperidade, excesso de produção, crise e estagnação” (HARVEY, 1996, p. 102). E é igualmente com base na “concorrência acirrada”, uma das diferenças específicas do capitalismo histórico, esse sistema fundamentado na busca incessante pelo aumento dos lucros e pela constante acumulação de capital, e na conseqüente necessidade de uso dessa dinâmica de produção para se manter no mercado sem risco de “autodestruição”, que Wallerstein (1999) figura a incerteza quanto ao sentido da “mão invisível” de Adam Smith e situa o que parece ser seu real resultado: certamente o mecanismo revela as restrições impostas pelo “mercado” ao comportamento individual; mas ao contrário da harmonia resultante que se supõe, os resultados empíricos mostram sucessivos ciclos de comportamentos que alternam situações de “expansões e estagnações no sistema como um

todo” (WALLERSTEIN, 1999, p. 29). Para o autor, a regularidade da frequência desses ciclos leva a crer que o fenômeno de crises é intrínseco ao funcionamento do sistema capitalista.

A incrível velocidade com que a destruição criativa inerente à reprodução do capitalismo se produz gera a necessidade de se criar novos mercados que comportem as novas linhas de produção, e, mais que isso, gera a necessidade constante de se criar um mercado consumidor para tais produtos igualmente instantâneo, imediato e ávido por novidade. Sob esse aspecto, faz-se evidente o papel da publicidade como apoio e meio de sustentabilidade à expansão econômica e produtiva, com seu desempenho para criar constantemente novos desejos e extrapolar invariavelmente o estímulo às necessidades de consumo. Como consequência à criação de novos mercados e à própria expansão produtiva, a mobilidade de capital e de trabalho apresenta-se como possibilidade de realocação com melhores condições de lucratividade (HARVEY, 1999).

Enfim, para situar esse sistema no tempo e compreender a origem do que rege o modo como nos organizamos em sociedade, o capitalismo – *histórico* – descreve-se como um “lugar interligado de atividades produtivas, concreto e limitado pelo tempo e pelo o espaço, em que a ilimitada acumulação de capital foi de fato o objetivo ou a ‘lei’ econômica que governou ou prevaleceu na atividade econômica fundamental”; um sistema social que criou padrões e leis de funcionamento aos quais seus integrantes têm de se adaptar ou dele serão eliminados:

“É aquele sistema social em que o escopo dessas regras (a lei do valor) tornou-se sempre mais vasto, os executores dessas regras sempre mais intransigentes, a penetração dessas regras na estrutura social sempre maior, mesmo quando a oposição social a elas tornou-se mais sonora e mais organizada” (WALLERSTEIN, 1999, p. 14).

Entretanto, dissociar avanços trazidos pela modernidade capitalista do surgimento de condições que permitiram ou propiciaram o desenvolvimento humano seria negar os aspectos positivos, apesar dos aspectos degenerativos, que essa transformação dos meios de produção de fato proporcionou. O domínio dos conhecimentos de produção não apenas desponta com a redução das necessidades causadas pela natureza à vida humana como subverte a apropriação de forças entre natureza e homem. A configuração de novos cenários econômicos e sociais, a geração de novas necessidades e desejos, abre espaço e despertam a possibilidade de novas abordagens culturais. Mesmo os aspectos da produção moderna que moldam os trabalhadores

de acordo com as necessidades do sistema, como “variação do trabalho, fluência de função, mobilidade do trabalhador” dão forma a novas características que, como afirma Harvey (1999, p. 106) com base no *Capital*, substituem o trabalhador fragmentado pelo “indivíduo plenamente desenvolvido”, mais versátil e extensivo quanto às variedades passíveis de serem apresentadas à sua frente e, portanto, mais autônomo e livre. A consolidação do comércio internacional ampliou o acesso a diferentes produtos e potencializou o consumo e o desenvolvimento de diversas regiões. Além disso, os avanços da força produtiva, da tecnologia e da ciência são a força motriz para o próprio desenvolvimento humano.

Não obstante o caráter positivo do capitalismo seja, em maior ou menor grau, existente e imposto por muitos apologistas como sobressalente no sistema, os aspectos de suas qualidades negativas – ou simplesmente resultantes – revelam não somente um sistema de desproporções mas, segundo Wallerstein (1999), um sistema evidentemente absurdo, onde o acúmulo de capital tem por objetivo o acúmulo de mais capital. Mais que revelar o desequilíbrio causado pela dualidade do caráter capitalista, a tensão entre o positivo e o negativo desse sistema revela os rastros do projeto iluminista que lhe são intrínsecos: a *idolatria da natureza* e o mito ao seu redor, cultivados durante o período pré-moderno, desaparecem quando o ambiente natural se torna não mais que um objeto ao arbítrio da humanidade; o capital desmitifica as forças naturais, destrói as satisfações tradicionais e a reprodução dos velhos modos de vida. A revolução é sua constante, o que permite sua evolução e o desenvolvimento de suas forças produtivas acima de qualquer barreira (HARVEY, 1996).

Parafraseando Giddens (1991), a modernidade é um fenômeno de dois gumes. Mesmo sendo o alcance de uma vida com melhoras em diversos aspectos, a modernidade, em seu paradoxo, apresenta as circunstâncias de seu lado sombrio: o desenvolvimento industrial e a evolução das forças produtivas que, pelo trabalho, aprisionam o homem na repetição, na ausência da criatividade e no impedimento à autonomia individual; além da degradação ecológica, do totalitarismo no poder político, do militarismo com a industrialização da guerra. Ao evidenciarem uma perda na crença do progresso, exprimindo um pessimismo social, as conseqüências que permeiam a base do “lado sombrio” moderno e que formam parte das características do mundo hoje, além de exporem uma re-negação ao antigo projeto iluminista de desenvolvimento para o progresso, mostram a lógica enigmatista do sistema de produção social moderno: o capitalismo.

3. TRANSIÇÃO DA MODERNIDADE FORDISTA PARA A PÓS-MODERNIDADE FLEXÍVEL

Em sua base, o conceito de *modernidade* tem origem na Europa ocidental a partir do século XV, firmando-se aproximadamente no século XVII e XVIII. Refere-se ao “estilo, costume de vida ou organização social” que surgiu na região, sendo associada sua origem a um tempo e a um espaço específicos, e difundindo-se em influências mundiais posteriormente (GIDDENS, 1991).

Passados séculos e transformada a sociedade diversas e sucessivas vezes, o fim do século XX tem consigo a inquietação para o estabelecimento de novos conceitos sociológicos, uma vez constatadas mudanças e transições no sistema social associadas à formação de uma nova era para além da moderna: a sociedade da informação, a sociedade do consumo, a sociedade pós-industrial e mesmo a sociedade pós-histórica – a sociedade pós-moderna.

É certo que não se sabe com precisão quem usou o termo *pós-moderno* pela primeira vez, mas a origem de seu conceito – tampouco precisa – está associada ao período entre o final da Segunda Guerra Mundial e o final da década de 1960, início da década de 1970 (para Harvey (1996), algum ponto entre 1968, com o movimento que seria “o arauto cultural e político da subseqüente virada para o pós-modernismo”, e 1972), nos “tempos de uma reconstrução física, arquitetural, ambiental do Velho Mundo destruído pela guerra, esse mesmo Velho Mundo que foi o berço do moderno” (TEIXEIRA COELHO, 1990, p. 61).

Ainda que distante de ter sua definição aceita unanimemente, a estreita proximidade em forma e conteúdo que o *pós-moderno* tem com o que se consente *pós-industrial* é inegável. A definição de pós-industrial se afirma quando a sociedade sobrevém às características e relações sociais que resultaram da Primeira Revolução Industrial no século XIX, com suas máquinas primárias, suas exaustivas jornadas de trabalho, seus precários bairros operários, a exploração do trabalho infantil nas fábricas. No período pós-industrial, há uma transição para uma economia de serviço e a sociedade presencia um avanço quantitativo e uma alteração qualitativa na tecnologia, a consolidação da produção em massa, a química sintética, a eletrônica. As transformações estruturais provocadas pelas mudanças da época dão margem a uma transição que demanda a compreensão sistemática da organização social que

segue. O pós-moderno então se configura como a condição cultural de uma era que se quer pós-industrial.

A partir da década de 1970 a tecnologia da informação assume a base de reprodução de uma sociedade que busca a legitimação da produção científico-tecnológica e que se molda em um cenário (pós-moderno) essencialmente cibernético-informático e informacional, atingindo um quadro que Lyotard (2004) chama de hegemonia da informática e impondo uma “certa” nova lógica. Daniel Bell, em sua teoria pós-industrial, já relacionava a convergência da sociedade pós-industrializada com a “sociedade de informação”, suscetível à relevância do “conhecimento teórico” como aspecto de maior importância, com grande significado de valor e de crescimento da “sociedade do futuro”. Krishan Kumar observa que “a nova sociedade é hoje definida, e rotulada, por seus novos métodos de acessar, processar e distribuir informação. Bell está tão confiante agora, como em sua análise anterior, que essa situação equivale a uma transformação revolucionária da sociedade moderna” (KUMAR, 1997, p. 15).

O contraste resultante é assim exposto por Valle Barbosa:

“Se a Revolução Industrial nos mostrou que sem riqueza não se tem tecnologia ou mesmo ciência, a condição pós-moderna nos vem mostrando que sem saber científico e técnico não se tem riqueza. Mais do que isso: mostra-nos, através da concentração massiva, nos países ditos pós-industriais, de bancos de dados sobre todos os saberes hoje disponíveis, que a competição econômico-política entre as nações se dará daqui para frente não mais em função primordial da tonelagem anual de matéria-prima ou de manufaturados que possam eventualmente produzir. Dar-se-á, sim, em função da quantidade de informação técnico-científica que suas universidades e centros de pesquisa forem capazes de produzir, estocar e fazer circular como mercadoria” (WILMAR DO VALLE BARBOSA, 1985).

Esta abordagem concorda com a hipótese de Lyotard (2004, p. 4) de que “o saber muda de estatuto ao mesmo tempo que as sociedades entram na idade dita pós-industrial e as culturas na idade dita pós-moderna”. As informações tecnológicas, desenvolvidas e instituídas ao longo das últimas décadas, incidiram consideravelmente sobre a natureza do *saber* e suas funções de pesquisa e de transmissão de conhecimento, alterando seus métodos de aquisição, classificação, acesso e exploração: “É razoável pensar que a multiplicação de máquinas informacionais afeta e afetará a circulação dos conhecimentos, do mesmo modo que o desenvolvimento dos meios de circulação dos homens (transportes), dos sons e, em seguida, das imagens (*media*) o fez” (LYOTARD, 2004, p. 4). O saber do sujeito que detém o conhecimento exterioriza-se e a atividade de adquirir o saber não mais coincide com a

atividade de formação do espírito e do indivíduo. A relação entre fornecedores do conhecimento e usuários do conhecimento torna-se mercadológica, uma relação entre produtores e consumidores onde o valor predomina com seu significado puramente econômico. Conclui Lyotard (2004, p. 5): “O saber é e será produzido para ser vendido, e ele é e será consumido para ser valorizado numa nova produção: nos dois casos, para ser trocado. Ele deixa de ser para si mesmo seu próprio fim; perde o seu ‘valor de uso’”. O saber assume “a forma de mercadoria informacional indispensável ao poderio produtivo” (LYOTARD, 2004, p. 5).

O embasamento dos “novos” conceitos que caracterizam a teoria pós-moderna na sociedade pós-industrial como visto está em grande peso associado a transformações institucionais relacionadas à informação, embora com frequência focalizem também questões de filosofia e epistemologia. De acordo com a referência que Giddens (1991, p. 13) faz a Lyotard, “a pós-modernidade se refere a um deslocamento das tentativas de fundamentar a epistemologia, e da fé no progresso planejado humanamente”. A pós-modernidade é determinada pelo fim da *grand narrative*, ou seja, pelo fim do enredo do qual fazemos parte quando entramos na história como seres de “passado definitivo e futuro predizível (...). A perspectiva pós-moderna vê uma pluralidade de reivindicações heterogêneas de conhecimento, na qual a ciência não tem um lugar privilegiado” (GIDDENS, 1991, p. 55).

De acordo com Lyotard (2004), a condição pós-moderna exprime uma incredulidade referente aos metarrelatos, uma desilusão referente aos grandes discursos do século XIX que se pretendiam esclarecedores da condição histórica econômica, social e cultural do homem no Ocidente. Os metarrelatos construíram na modernidade uma grandiosidade impossível de ser alcançada, porém desejada, em uma sociedade caracterizada pelo modo de vida burguês e capitalista. Dentro de um ideal libertário com origem na Revolução Francesa, os metarrelatos se fundam na razão iluminista, intolerante à diferença, ao heterogêneo e ao plural. Mesmo vista por alguns como uma extensão da modernidade modificada ou por outros como uma reação de irracionalidade, está claro que os anos decorrentes do maior marco da destruição criativa do capitalismo constituíram outras formas para a ordem social. A partir disso, a pós-modernidade se afirma em seu sentido antitotalitário (democraticamente fragmentada) e abrangente do heterogêneo, do marginal, do que é novo. Afirma-se na tolerância em lugar da grandiosidade, na integração social do indivíduo em lugar do dever histórico do homem.

Embora sem a certeza de ser um rompimento brusco com a modernidade ou apenas uma radicalização e universalização das conseqüências desta última, como foi tecido por Giddens (1991), os conceitos do pós-modernismo estabeleceram-se como uma lenta transformação cultural emergente nas sociedades ocidentais, como uma nova “estrutura do sentimento”, e como irrevogáveis opiniões e forças políticas, como descreve Harvey (1996), de uma cultura da sociedade capitalista contemporânea – a lógica cultural do capitalismo avançado (como propôs Jameson). As mudanças podem ser pontuadas em diversos campos: lingüística, antropologia, filosofia, retórica, ciência política, teologia.

Vasta é a gama de campos exposta por Hassan (1985) (tabela 1) para indicar as diferenças. Mas Harvey destaca os contrastes:

“Os planejadores ‘modernistas’ de cidades, por exemplo, tendem de fato a buscar o ‘domínio’ da metrópole como ‘totalidade’ ao projetar deliberadamente uma ‘forma fechada’, enquanto os pós-modernistas costumam ver o processo urbano como algo incontrolável e ‘caótico’, no qual a ‘anarquia’ e o ‘acaso’ podem ‘jogar’ em situações inteiramente ‘abertas’. Os críticos literários ‘modernistas’ de fato têm a tendência de ver as obras como exemplos de um ‘gênero’ e de julgá-las a partir do ‘código mestre’ que prevalece dentro da ‘fronteira’ do gênero, enquanto o estilo ‘pós-moderno’ consiste em ver a obra como um ‘texto’ com sua ‘retórica’ e seu ‘idioleto’ particulares, mas que, em princípio, pode ser comparado com qualquer outro texto de qualquer espécie. As oposições de Hassan podem ser caricaturas, mas é difícil haver uma arena da atual prática intelectual em que não possamos identificar uma delas em ação” (HARVEY, 1996, p. 49).

No assinalamento das oposições entre modernismo e pós-modernismo, Harvey enfatiza a aceitação deste último do efêmero, do fragmentário, do descontínuo e do caótico como sendo a mais “espantosa” delas. Isso porque o pós-modernismo não busca o lado compensador desses aspectos como sugeria a frase de Baudelaire acerca dos elementos “eternos e imutáveis” da modernidade, mas admite sem confrontações as circunstâncias fragmentárias e caóticas da mudança como condição existente, ou seja, de maneira afirmativa – um impulso a agir, pensar e desejar “através da proliferação, da justaposição e da disjunção”; preferir o positivo e o múltiplo, a diferença e não a uniformidade, os fluxos e não as unidades (HARVEY, 1996, p. 49).

Harvey (1996) relaciona o modo de pensar e ser no mundo que o pós-modernismo exprime com pressupostos psicológicos que dizem respeito à personalidade, à motivação e ao comportamento do indivíduo, uma problemática ligada à preocupação com a fragmentação e instabilidade da linguagem e dos discursos. A concepção de personalidade derivada encontra-

se com o sentido da esquizofrenia, a qual Jameson (1997) faz referência com base na definição de Lacan para explicá-la “como uma desordem lingüística, como uma ruptura na cadeia significativa de sentido que cria uma frase simples. Quando essa cadeia se rompe, ‘temos esquizofrenia na forma de um agregado de significantes distintos e não relacionados entre si’” (HARVEY, 1996, p. 57). Disso resulta a importância pós-moderna dada ao significante em lugar do significado, a importância à participação, à *performance* e o *happening* em lugar de um objeto de arte concreto e finalizado, a importância à superficialidade das aparências em lugar da profundidade e das raízes. A ruptura nessa cadeia significativa, a ruptura da ordem temporal de coisas, leva as experiências a sucessões de presentes efêmeros e sem relação com o tempo, situações imediatas que assumem conotação de vívidas e “materiais”:

“A imagem, a aparência, o espetáculo podem ser experimentados com uma intensidade (júbilo ou terror) possibilitada apenas pela sua apreciação como presentes puros e não relacionadas ao tempo (...) O caráter imediato dos eventos, o sensacionalismo do espetáculo (político, científico, militar, bem como de diversão) se tornam a matéria de que a consciência é forjada” (HARVEY, 1996, p. 57).

Decorrente dessa ruptura em que a relação temporal é perdida, a negação pós-modernista do progresso acaba enquadrando uma negação à história quanto à sua memória e continuidade, mantendo dela o que considera aspectos do presente. No campo artístico este aspecto classifica o artista pós-moderno como um reprodutor, alguém que reproduz, e não mais como um produtor, como era o artista modernista. A produção artística dispensa a criação para aderir ao “franco confisco, citação, retirada, acumulação e repetição de imagens já existentes” (HARVEY, 1996, p. 58). Harvey (1996) afirma transbordar esta concepção para todas as outras esferas da sociedade, evidenciando uma descontinuidade histórica nos valores e crenças.

Estes traços juntamente com a perda da relação temporal e a valorização do impacto instantâneo resultam uma perda de profundidade geral e particularmente na produção cultural contemporânea, que se delineia com a ênfase nas aparências, nas superfícies e no imediatismo, consagrando-se com verdadeira falta de sustentação. A ênfase da produção cultural contemporânea acaba por concernir nos eventos, nos espetáculos, nos *happenings*, nas imagens de mídia – “Os produtores culturais aprenderam a explorar e usar novas

tecnologias, a mídia e, em última análise, as possibilidades multimídia. O efeito, no entanto, é o de reenfatizar e até celebrar as qualidades transitórias da vida moderna” (HARVEY, 1996, p. 61). O pós-modernismo artístico passou a ser cercado por caracterizações de proximidade entre arte e vida cotidiana, de hibridismo entre alta-cultura e cultura popular de massa, de ecletismo estilístico, de ironia, de superficialidade cultural e de declínio da originalidade permeado pelo sentido de reprodução (FEATHERSTONE, 1995, p. 25).

Uma síntese do pós-modernismo é apresentada por Harvey (1996, p. 48) através da tabela de Hassan que expõe uma série de diferenças entre o modernismo e o pós-modernismo:

TABELA 1: Oposições entre modernismo e pós-modernismo

modernismo	pós-modernismo
romantismo/simbolismo	parafísica/dadaísmo
forma (conjuntiva, fechada)	antiforma (disjuntiva, aberta)
propósito	jogo
projeto	acaso
hierarquia	anarquia
domínio/logos	exaustão/silêncio
objeto de arte/obra acabada	processo/ <i>performance/happening</i>
distância	participação
criação/totalização/síntese	descrição/desconstrução/antítese
presença	ausência
centração	dispersão
gênero/fronteira	texto/intertexto
semântica	retórica
paradigma	sintagma
hipotaxe	parataxe
metáfora	metonímia
seleção	combinação
raiz/profundidade	rizoma/superfície
interpretação/leitura	contra a interpretação/desleitura
significado	significante
<i>lisible</i> (legível)	<i>scriptible</i> (escrevível)
narrativa/grande histoire	antinarrativa/petite histoire
código mestre	idioleto
sintoma	desejo
tipo	mutante
genital/fálico	polimorfo/andrógino
paranóia	esquizofrenia
origem/causa	diferença-diferença/vestigio
Deus Pai	Espírito Santo
metafísica	ironia
determinação	indeterminação
transcendência	imanência

Fonte: Hassan apud Harvey (1996, p. 48)

Assinalada como necessariamente intrínseca ao período de transição entre o abandono ou a revolução do “antigo” e o estabelecimento do novo, além de ter, segundo Harvey (1996), presença permanente no período moderno, a incerteza é produto de forças sociais que a

estabelecem como condição. Invariavelmente, essas forças foram, durante o período moderno dos séculos passados, e seguem sendo referentes ao meio pelo qual se produz a vida na sociedade, o capitalismo.

Como parte das mudanças ocorridas no final do século XX, a economia política do capitalismo nesse período sofreu alterações que adquiriram marcas visíveis em transformações no processo de trabalho, em hábitos de consumo, na geografia e na geopolítica, no papel do Estado.

A busca pelo lucro ainda é a base principal de organização da economia ocidental, mas a transição do *regime de acumulação* e do *modo de regulamentação social e política* são evidências do sistema de produção capitalista contemporâneo. Fazendo uso da recorrência de Harvey (1996, p. 117) ao pensamento da “escola da regulamentação”, a transição no regime de acumulação se dá pela relação existente entre o modo de acumulação de capital e as condições de produção e reprodução de assalariados: “Um sistema particular de acumulação pode existir porque ‘seu esquema de reprodução é coerente’”. Transições no processo de produção implicam alterações no regime de acumulação. Dada a necessidade do processo de que todos os níveis da sociedade e seus indivíduos vivam de forma a propiciar coesamente o funcionamento desse sistema baseado em um regime de acumulação, através de “normas, hábitos, leis, redes de regulamentação”, ao que se diz *modo de regulamentação*, faz-se clara a correspondência entre a variação no *regime de acumulação* e no *modo de regulamentação social e política* associado:

“Esse tipo de linguagem é útil, em primeira instância, como resultado heurístico. Ele concentra a nossa atenção nas complexas inter-relações, hábitos, práticas políticas e formas culturais que permitem que um sistema capitalista altamente dinâmico e, em consequência, instável adquira suficiente semelhança de ordem para funcionar de modo coerente ao menos por um dado período de tempo. (...) A virtude do pensamento da ‘escola da regulamentação’ está no fato de insistir que levemos em conta o conjunto total de relações e arranjos que contribuem para a estabilização do crescimento do produto e da distribuição agregada de renda e de consumo num período histórico e num lugar particulares” (HARVEY, 1996, p. 118).

Dentro dessa conjugação de correspondência entre social e econômico, observa-se que o processo de produção fordista (baseado em um modo de acumulação de capital com determinado conjunto de tecnologia, hábitos de consumo, forma de poder político-econômico e que no período pós Segunda Guerra até 1973 – ano que marca seu colapso – adquiriu

características de um processo que foi designado fordista-keynesiano) passa a sofrer uma mudança acompanhada de grande fluidez e incerteza durante um período de verdadeira transição cultural para o que denominamos pós-modernismo. Determinantes de uma nova natureza do capitalismo ou não, as mudanças político-econômicas que caracterizam o que se chama de um regime de acumulação *flexível* parecem coincidir a flexibilidade de seus processos de trabalho e mercado, a mobilidade geográfica de sua produção e a rapidez de mudanças em suas práticas de consumo com as mudanças transitórias, efêmeras e caóticas nas práticas culturais. Coincidência ou não, os contrastes entre períodos precedentes e atualidade são fortemente aparentes nas duas esferas e sugerem uma lógica na linguagem da “escola da regulamentação”.

O fordismo surgiu oficialmente em 1914, com a aplicação de novos métodos tecnológicos e organizacionais aplicados por Henry Ford em sua linha automática de montagem de carros, aplicação que se deu em um ambiente com desenvolvimentos já bem estabelecidos e que propiciaram este avanço. A racionalização de tecnologias e da divisão do trabalho implementadas por Ford tem base nos *Princípios da Administração Científica*, de F. W. Taylor, manifesto que dizia que o controle do tempo e o estudo do movimento no processo do trabalho e na organização das tarefas de trabalho podiam aumentar consideravelmente a produtividade do trabalho desempenhado na indústria. A diferença, destaca Harvey (1996), entre fordismo e taylorismo é a visão do primeiro de que uma produção de massa implica um consumo de massa, é dizer, uma relação de consequência da segunda referente à primeira, configurando um novo sistema de reprodução da força de trabalho, com novos controles e gerenciamentos do trabalho, novas práticas e novos comportamentos, enfim, “um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista” (HARVEY, 1996, p. 121).

Criou-se um novo tipo de trabalhador e um novo tipo de homem a partir das mudanças no processo de trabalho e das mudanças que essencialmente deveriam atingir a vida social dos indivíduos. O sistema fordista baseava-se em longas horas de trabalho rotinizado praticado por uma mão-de-obra não especializada e privada de qualquer tipo de controle sobre o processo produtivo. Entretanto, presumia que os trabalhadores comandados e controlados pelo novo método de organização da produção passassem suas oito horas de trabalho na linha de montagem produzindo em massa e que no restante de seu tempo pudessem consumir em massa os bens produzidos, respondendo “às expectativas da corporação” – o poder corporativo de regulamentação da economia (HARVEY, 1996).

Ultrapassados os obstáculos para sua disseminação pela Europa e firmadas as novas formas de intervenção do Estado necessárias para sua regulamentação, o fordismo se estabelece plenamente como regime de acumulação. Nele esteve fundamentado todo o processo de expansão produtiva e econômica do pós-guerra em 1945, que se baseou no equilíbrio de poder entre trabalho organizado, grande capital corporativo e nação-Estado, perdurando até 1973. Através do sistema fordista durante esse período, as economias capitalistas avançadas obtiveram altas taxas de crescimento econômico e em seus padrões de vida, ao passo que abrandou-se a possibilidade de crises, preservou-se a democracia de massas e descartou-se a ameaça de guerras inter-capitalistas. “O fordismo se aliou firmemente ao keynesianismo, e o capitalismo se dedicou a um surto de expansões internacionalistas de alcance mundial que atraiu para sua rede inúmeras nações descolonizadas” (HARVEY, 1996, p. 125).

Em sua total maturidade, o fordismo do pós-guerra significava mais que produção em massa, significava um modo de vida geral. A produção em massa trouxe a padronização dos produtos e o consumo em massa, mas também configurou uma nova estética e redimensionou a mercantilização da cultura. Harvey (1996) aproxima o fordismo à estética modernista, dados os conceitos de funcionalidade e eficiência inerentes a ela, e pontua a importância de um movimento de globalização, referente ao movimento de um novo internacionalismo com proximidade das economias internacionais no pós-guerra, para o desenvolvimento consistente do sistema na Europa e no Japão no período de expansão – a questão internacional, com o investimento estrangeiro e abertura do comércio, não foi necessária apenas para a difusão do processo fordista, mas indispensável para a absorção dos excedentes do próprio sistema que precisava criar novos mercados consumidores para sua capacidade produtiva. Ressalta-se que, originário dos Estados Unidos, o fordismo estende suas forças no mundo sob a sustentação da hegemonia do poder econômico e financeiro norte-americano:

“A América agia como banqueiro do mundo em troca de uma abertura dos mercados de capital e de mercadorias ao poder das grandes corporações. Sob essa proteção, o fordismo se disseminou desigualmente, à medida que cada Estado procurava seu próprio modo de administração das relações de trabalho, da política monetária e fiscal, das estratégias de bem-estar e de investimento público, limitados internamente apenas pela situação das relações de classe e, externamente, somente pela sua posição hierárquica na economia mundial e pela taxa de câmbio fixada com base no dólar. Assim, a expansão internacional do fordismo ocorreu numa conjuntura particular de regulamentação político-econômica mundial e uma configuração geopolítica em que os Estados Unidos dominavam por meio de um

sistema bem distinto de alianças militares e relações de poder” (HARVEY, 1996, p. 132).

Embora apresentasse um apogeu, as insatisfações com o fordismo dentro do próprio sistema eram aparentes. A negociação fordista de salário era restrita por questões de comportamento da própria economia, ficando alguns setores da economia com baixos salários e forte ameaça de desemprego. Esses contrastes de desigualdade no sistema geraram tensões e movimentos sociais que se voltavam contra controle sobre o trabalho e o modo de acesso ao emprego com privilégios que era influenciado por questões de raça, gênero e origem étnica. A criação e existência de uma sociedade de consumo só serviram de agravantes para essas tensões, uma vez que poucos eram os que tinham acesso ao emprego privilegiado fordista e, portanto, às satisfações do consumo em massa. Intensificou-se o movimento dos direitos civis nos Estados Unidos, surgiu o movimento feminista com a desigualdade de remuneração feminina no mercado e a contraditória pobreza em relação à grandiosidade do sistema motivou fortes manifestações de desgosto (HARVEY, 1996). Além das insuficiências qualitativas e quantitativas, o sistema mostrava seu lado fragmentário excluindo as minorias e gerando brechas de revolta e desordem civil, o que acabaria por formar um grande movimento político-cultural de oposição aos falsos benefícios, dado o contingente excluído, do estilo de vida fordista.

A hegemonia econômica norte-americana parecia estar em risco de forte queda à medida que os problemas no fordismo se tornavam evidentes. Na década de 1960, Europa e Japão já se encontravam reconstituídos na economia mundial e a produção norte-americana buscava destino para o escoamento de seu excesso de mercadoria, ao passo que a racionalização fordista cortava crescentemente o contingente de trabalhadores na produção. Esse quadro levou a demanda efetiva estadunidense a relevantes quedas que afetaram a produtividade e a lucratividade corporativa. Nessa conjuntura, a crise fiscal dos Estados Unidos em meados da década deu início ao aumento da taxa de inflação que arruinou a estabilidade do dólar como reserva internacional. A hegemonia financeira internacional norte-americana caía com a simultânea consolidação do mercado do eurodólar e a contração do crédito. Concomitante a esses fatos, um novo cenário de competitividade internacional começou a se solidificar, com o movimento de empresas multinacionais, inseridas no sistema fordista, para o sudeste asiático e com a intensificação da industrialização fordista na Europa Ocidental: a situação de estagflação fixava-se com a grande capacidade ociosa nas corporações motivada pela intensa competitividade mundial, com a desvalorização do dólar,

com as taxas de câmbio se tornaram flutuantes e com o rompimento da próspera exclusividade da economia dos Estados Unidos (HARVEY, 1996).

Acerca da rigidez do fordismo, Harvey fala:

“Havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes. Havia problemas de rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho (especialmente no chamado setor ‘monopolista’). E toda tentativa de superar esses problemas de rigidez encontrava a força aparentemente invencível do poder profundamente entrenchado da classe trabalhadora” (HARVEY, 1996, p. 135).

A crise do petróleo juntou-se aos desencadeamentos da instabilidade dos anos anteriores e aprofundou a recessão de 1973, que ruiu com o “compromisso fordista”. Em meio às incertezas e às variações, inicia-se um período de reconstituição econômica, social e política que resulta em uma transição do modo de organização industrial, um movimento de passagem para um *regime de acumulação* e um *modo de regulamentação* novos: a *acumulação flexível*.

O fenômeno denominado *A Terceira Itália* já na década de 1960 ilustrava a origem de um novo regime de acumulação com a recente reorganização da produção de uma região específica italiana num movimento de descentralização produtiva e de diversificação dos bens, os quais eram fabricados em pequenas quantidades (KUMAR, 1997). Harvey e refere à acumulação flexível como um confronto direto à rigidez do fordismo:

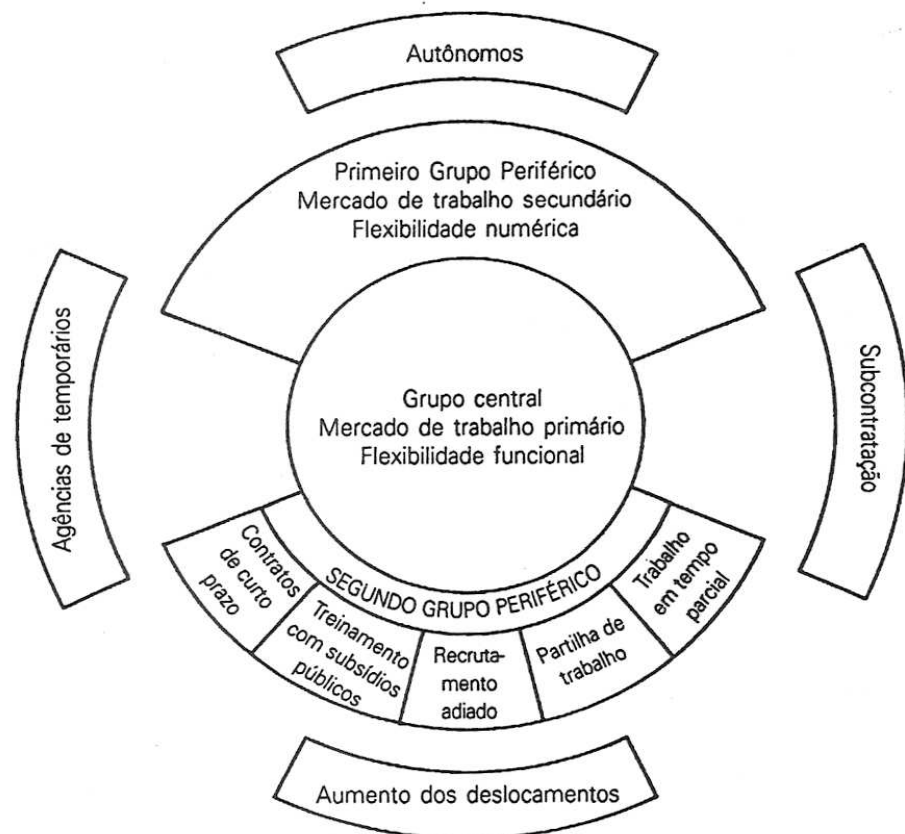
“Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado ‘setor de serviços’, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (...). Esses poderes aumentados de flexibilidade e mobilidade permitem que os empregadores exerçam pressões mais fortes de controle de trabalho sobre uma força de trabalho de qualquer maneira enfraquecida por dois surtos selvagens de deflação, força que viu o desemprego aumentar nos países capitalistas avançados (salvo, talvez, no Japão) para níveis sem precedentes no pós-guerra. O trabalho organizado foi solapado pela reconstrução de focos de acumulação flexível em regiões que careciam de tradições industriais anteriores e pela reimportação para os centros mais antigos das normas e práticas regressivas estabelecidas nessas novas áreas. A acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego ‘estrutural’ (em oposição a

‘friccional’), rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais e o retrocesso do poder sindical – uma das colunas políticas do regime fordista” (HARVEY, 1996, p. 140).

Nas mudanças sofridas pelo mercado de trabalho, a flexibilidade dos regimes e dos contratos foi uma consequência do poder de barganha dos patrões em meio a uma situação de enfraquecimento dos sindicatos e do grande excedente de mão-de-obra existente. Essa flexibilidade (seja em horas de trabalho ou em denominação de contratos – regulares ou temporários) atua como meio de responder às especificidades das empresas, além de facilitar a rotatividade dos trabalhadores e as ações de redução da mão-de-obra quando conveniente para a corporação.

Em seguida, é ilustrada pela figura 1 a estrutura de mercado em condições flexíveis, de acordo com *Flexible Patterns of Work* (1986).

FIGURA 1: Estrutura de mercado flexível



Fonte: *Flexible Patterns of Work* apud Harvey (1996, p. 143)

O aumento das subcontratações e dos trabalhos temporários no mercado de trabalho revela a flexibilidade atuante no setor. Mesmo sem causar insatisfações de um modo geral para os trabalhadores, esse movimento incorre em mais riscos quanto à cobertura de seguros, aos direitos de pensão, aos níveis salariais e à própria segurança no emprego, e revela uma lógica atual de reduzir as quantidades de postos de trabalho centrais na empresa e aumentar a quantidade de trabalho mais flexível, com fácil entrada e saída de baixo custo.

Simultaneamente, a organização industrial sofreu uma reestruturação. Um sistema com subcontratação organizada deu margem para o desenvolvimento produtivo de atividades econômicas fora das grandes corporações, “pequenos negócios” e “sistemas mais antigos de trabalho doméstico, artesanal, familiar (patriarcal) e paternalista” – e ainda, economias “informais”. Diversas são as origens e as causas dessas atividades paralelas às corporações (frequentemente são práticas de grupos excluídos, como imigrantes na tentativa de inserção capitalista, ou ainda alternativas para o desemprego); entretanto, foram estabelecidas na nova organização industrial como parte fundamental do sistema de produção ao revés do que significavam antes, um fenômeno periférico. “Em todos esses casos”, assinala Harvey (1996, p. 144), “o efeito é uma transformação do modo de controle do trabalho e do emprego”. Isso, sem dúvida, desintegrou em grande escala os sindicatos e seu poder de organização, dispersou a consciência de diferença de classes na relação capital-trabalho.

Com as novas normas de organização da produção, uma grande incompatibilidade produtiva entre as formas do sistema fordista e as formas do sistema flexível foi gerada. Houve um vasto movimento de reestruturação e desindustrialização que levou à quebra de fábricas do antigo sistema e colocou em risco grandes corporações:

“A forma organizacional e a técnica gerencial apropriadas à produção em massa padronizada em grandes volumes nem sempre eram convertidas com facilidade para o sistema de produção flexível – com sua ênfase na solução de problemas, nas respostas rápidas e, com frequência, altamente especializadas, e na adaptabilidade de habilidades para propósitos especiais. Onde a produção podia ser padronizada, mostrou-se difícil parar o seu movimento de aproveitar-se da força de trabalho mal remunerada do Terceiro Mundo, criando ali o que Lipietz (1986) chama de ‘fordismo periférico’” (HARVEY, 1996, p. 146).

O fordismo com sua economia de escala não sobreviveu às economias de escopo da acumulação flexível, e mesmo que as empresas da produção em massa tentassem se adaptar a formas do processo de trabalho do novo sistema acabavam por cair em uma organização industrial diferente ou em uma integração à flexibilidade do trabalho. A tabela 2 expõe os contrastes ente o fordismo e a acumulação flexível segundo Swyngedouw.

TABELA 2: Produção fordista versus produção *just-in-time*

<i>Produção fordista (baseada em economias de escala)</i>	<i>Produção just-in-time (baseada em economias de escopo)</i>
A. O PROCESSO DE PRODUÇÃO	
produção em massa de bens homogêneos	produção em pequenos lotes
uniformidade e padronização	produção flexível e em pequenos lotes de uma variedade de tipos de produto
grandes estoques e inventários	sem estoques
testes de qualidade <i>ex-post</i> (detecção tardia de erros e produtos defeituosos)	controle de qualidade integrado ao processo (detecção imediata de erros)
produtos defeituosos ficam ocultos nos estoques	rejeição imediata de peças com defeito
perda de tempo de produção por causa de longos tempos de preparo, peças com defeito, pontos de estrangulamento nos estoques etc.	redução do tempo perdido, reduzindo-se "a porosidade do dia de trabalho"
voltada para os recursos	voltada para a demanda
integração vertical e (em alguns casos) horizontal	integração (quase-) vertical, subcontratação
redução de custos através do controle dos salários	aprendizagem na prática integrada ao planejamento a longo prazo
B. TRABALHO	
realização de uma única tarefa pelo trabalhador	múltiplas tarefas
pagamento <i>pro rata</i> (baseado em critérios da definição do emprego)	pagamento pessoal (sistema detalhado de bonificações)
alto grau de especialização de tarefas	eliminação da demarcação de tarefas
pouco ou nenhum treinamento no trabalho	longo treinamento no trabalho
organização vertical do trabalho	organização mais horizontal do trabalho

<i>Produção fordista (baseada em economias de escala)</i>	<i>Produção just-in-time (baseada em economias de escopo)</i>
nenhuma experiência de aprendizagem	aprendizagem no trabalho
ênfase na redução da responsabilidade do trabalhador (disciplinamento da força de trabalho)	ênfase na co-responsabilidade do trabalhador
nenhuma segurança no trabalho	grande segurança no emprego para trabalhadores centrais (emprego perpétuo). Nenhuma segurança no trabalho e condições de trabalho ruins para trabalhadores temporários
C. ESPAÇO	
especialização espacial funcional (centralização/descentralização)	agregação e aglomeração espaciais
divisão espacial do trabalho	integração espacial
homogeneização dos mercados regionais de trabalho (mercados de trabalho espacialmente segmentados)	diversificação do mercado de trabalho (segmentação interna do mercado de trabalho)
distribuição em escala mundial de componentes e subcontratantes	proximidade espacial de firmas verticalmente quase integradas
D. ESTADO	
regulamentação	desregulamentação/re-regulamentação
rigidez	flexibilidade
negociação coletiva	divisão/individualização, negociações locais ou por empresa
socialização do bem-estar social (o Estado do bem-estar social)	privatização das necessidades coletivas e da seguridade social
estabilidade internacional através de acordos multilaterais	desestabilização internacional; crescentes tensões geopolíticas
centralização	descentralização e agudização da competição inter-regional/interurbana

<i>Produção fordista (baseada em economias de escala)</i>	<i>Produção just-in-time (baseada em economias de escopo)</i>
o Estado/cidade "subsidiador"	o Estado/cidade "empreendedor"
intervenção indireta em mercados através de políticas de renda e de preços	intervenção estatal direta em mercados através de aquisição
políticas regionais nacionais	políticas regionais "territoriais" (na forma de uma terceira parte)
pesquisa e desenvolvimento financiados pelas firmas	pesquisa e desenvolvimento financiados pelo Estado
inovação liderada pela indústria	inovação liderada pelo Estado
E. IDEOLOGIA	
consumo de massa de bens duráveis: a sociedade de consumo	consumo individualizado: cultura "yuppie"
modernismo	pós-modernismo
totalidade/reforma estrutural	especificidade/adaptação
socialização	individualização; a sociedade do "espetáculo"

Fonte: Swyngedouw apud Harvey (1996, p. 167-9)

O sistema flexível possibilitava impulsos de inovação muito mais velozes, a exploração de diversificação e diferenciação dos produtos, a segmentação do mercado e a especialização. Esse aspecto é essencial para a manutenção das empresas frente a situações de competitividade ou de crises no mercado. Outra característica do sistema foi a redução do tempo de giro através de novas tecnologias de automação e do sistema de gerenciamento de estoques *just-in-time*, "que cora dramaticamente a quantidade de material necessária para manter a produção fluindo" (HARVEY, 1996, p. 148). Fundamental para essa inovação foi a mudança na cultura de consumo, que passa a ter um tempo de giro igualmente reduzido:

"A meia vida de um produto fordista típico, por exemplo, era de cinco a sete anos, mas a acumulação flexível diminuiu isso em mais da metade em certos setores (como o têxtil e o de estuário), enquanto em outros – tais como as chamadas indústrias de *thoughtware* (por exemplo videogames e programas de computador) – a meia vida está caindo para menos de dezoito anos" (HARVEY, 1996, p. 148).

A ascensão da acumulação flexível, tal como o fez o sistema fordista de produção, cria uma nova cultura de consumo que é essencial para a sustentação e continuidade do próprio sistema de produção. O consumo fica vulnerável e vincula-se à efemeridade das tendências e da moda – o capitalismo afirma uma vez mais o potencial de criar novas necessidades e desejos para a expansão produtiva como uma “virtude” intrínseca ao seu próprio funcionamento. A estética pós-moderna, assim, faz-se aparente, com todas as suas manifestações de fugacidade, de valorização das diferenças, de instantaneidade e de mercantilização da cultura.

Esses avanços na esfera do consumo e os avanços na esfera produtiva mudaram drasticamente a “composição” do emprego, que baixou consideravelmente seus níveis industriais em prol de um crescimento rápido no setor de serviços. Harvey (1996) assinala que a definição a que pode se referir o setor de serviços engloba o crescimento da subcontratação e da consultoria que descentralizam as atividades. Essa transição da chamada “estrutura ocupacional” cedeu valor ao empreendedimentismo inovador baseado em rápidas e eficientes tomadas de decisão, ações fundamentais para o lucro em um ambiente de competições e efemeridades. As fusões e aquisições também se tornaram constantes nesse meio e significavam o entendimento da administração como verdadeira promotora dos ganhos corporativos, sendo a produção material (apenas) o meio para este objetivo.

Acerca de uma possível tendência a monopólios, decorrente dessa movimentação de fusões corporativas, Harvey diz que:

“Isso sugere que a tensão que sempre existiu no capitalismo entre monopólio e competição, entre centralização e descentralização de poder econômico, está se manifestando de modos fundamentalmente novos. Isso, porém, não implica necessariamente que o capitalismo esteja ficando mais ‘desorganizado’, como sugerem Offe (1985) e Lash e Urry (1987). Porque o mais interessante na atual situação é a maneira como o capitalismo está se tornando cada vez mais organizado *através* da dispersão, da mobilidade geográfica e das respostas flexíveis nos mercados de trabalho, nos processos de trabalho e nos mercados de consumo, tudo isso acompanhado por pesadas doses de inovação tecnológica, de produto e institucional” (HARVEY, 1996, p. 151).

Entretanto, ao apontar a visão conclusiva de alguns autores acerca dos impactos da especialização flexível que causam uma desorganização do capital, Krishan Kumar (1997) observa que o termo adotado “desorganizado” talvez não seja o mais apropriado para descrever o (possível) estado atual do capital, uma vez que o fenômeno não estabelece

referência com um sentido de desordem. Referindo-se a Scott Lash e John Urry, Kumar (1997) expõe a posição que considera a crise da produção em massa como fato crucial para a ascensão de um “capitalismo desorganizado”, ou, melhor dizendo, para o fim do “capitalismo organizado”, já que diz que a desorganização do sistema ainda está em processo de andamento. Lash e Urry argumentam que o capitalismo organizado foi um estado presente na maioria das sociedades ocidentais durante os anos de 1870 até a Segunda Guerra Mundial. O estado organizado do capitalismo concorda com práticas e aspectos da sociedade industrial, como a:

“Concentração, centralização e controle de empreendimentos econômicos na estrutura da nação-estado; produção em massa, segundo os princípios fordista e taylorista; padrão corporativo de relações industriais; concentração geográfica e espacial de indivíduos e produção em cidades industriais; modernismo cultural” (KUMAR, 1997, p. 60).

Na tabela 3 é exposto o contraste entre capitalismo organizado e capitalismo desorganizado de acordo com Lash e Urry.

TABELA 3: Capitalismo organizado versus capitalismo desorganizado

<i>Capitalismo organizado</i>	<i>Capitalismo desorganizado</i>
concentração e centralização do capital industrial, bancário e comercial em mercados nacionais	desconcentração do poder corporativo em rápido crescimento com relação aos mercados nacionais. Crescente internacionalização do capital e, em alguns casos, separação entre capital industrial e capital bancário
crescente separação entre propriedade e controle, e emergência de complexas hierarquias gerenciais	contínua expansão de estratos gerenciais que articulam suas próprias pautas políticas e individuais, bem distintas da política de classe
desenvolvimento de novos setores de <i>intelligentsia</i> gerencial, científica e tecnológica e de burocracia de classe média	declínio relativo/absoluto da classe trabalhadora
desenvolvimento de organizações coletivas e da negociação em regiões e nações-Estado	declínio da eficácia da negociação coletiva nacional
estreita articulação entre os interesses do Estado e os do capital dos grandes monopólios e aumento do Estado do bem-estar social de base classista	crescente independência dos grandes monopólios com relação aos regulamentos estatais e desafios diversificados ao poder e à burocracia estatais centralizados
expansão de impérios econômicos e controle da produção e de mercados no exterior	industrialização de países do Terceiro Mundo e desindustrialização de países centrais, que se voltam para a especialização em serviços
incorporação de diversos interesses de classe numa pauta nacional estabelecida por intermédio de compromissos negociados e regulamentos burocráticos	forte declínio de políticas e instituições de base classista
hegemonia da racionalidade técnico-científica	fragmentação cultural e pluralismo aliados ao solapamento das identidades tradicionais nacionais ou de classe
concentração de relações capitalistas no âmbito de um número relativamente pequeno de indústrias e regiões	dispersão de relações capitalistas em muitos setores e regiões

<i>Capitalismo organizado</i>	<i>Capitalismo desorganizado</i>
indústrias extrativo-manufatureiras como fontes dominantes de emprego	declínio das indústrias extrativo-manufatureiras e ascensão das indústrias de serviços e organizacionais
forte concentração e especialização regionais em setores extrativo-manufatureiros	dispersão, diversificação da divisão territorial-espacial do trabalho
busca de economias de escala através do aumento da dimensão da fábrica (força de trabalho)	declínio da dimensão da fábrica propiciado pela dispersão geográfica, pelo aumento da subcontratação e por sistemas de produção global
desenvolvimento de grandes cidades industriais dominando regiões através do fornecimento de serviços centralizados (comerciais e financeiros)	declínio das cidades industriais e desconcentração — dos centros urbanos para áreas periféricas ou semi-rurais —, criando agudos problemas nos pontos adjacentes ao centro das cidades
configuração cultural-ideológica do "modernismo"	configurações cultural-ideológicas do "pós-modernismo"

Fonte: Lash; Urry apud Harvey (1996, p. 165-6)

A desconcentração e descentralização do capital promovidas pelo avanço do desenvolvimento e integração do mercado mundial; a reorganização do trabalho, para além dos padrões da produção em massa, com especialização e formas flexíveis; a diminuição e fragmentação da classe trabalhadora industrial; são evidências de mudanças fundamentais em uma estrutura antecedente chamada de "organizada" que evolui para uma nova fase, com formas baseadas em novos valores e novos comportamentos sociais. A produção descentralizada e dispersa geograficamente provoca uma desconcentração industrial (uma "desindustrialização"). Os valores pós-modernos mais uma vez são manifestados ao ser identificado como consequência um aumento do pluralismo e da fragmentação em todas as esferas da sociedade (KUMAR, 1997).

Esses fatores característicos de uma reorganização em novos padrões estão proporcionalmente ligados ao desenvolvimento paralelo de uma sociedade da informação, aquela a que Lyotard (2004) se referiu quando baseou sua teoria pós-moderna nos jogos de linguagem e na transformação do estatuto do saber. Na configuração da acumulação flexível

de produção a questão da informação, as informações precisas e atualizadas, assume importância de destaque para a realização dos alcances e passam a ser uma mercadoria de grande valor. A capacidade de ter as informações, de controlá-las e de analisá-las é essencial para a administração e o controle dos objetivos corporativos. Isso porque a efemeridade das tendências e comportamentos de consumo e de mercado, dos gostos e necessidades, e mesmo da economia, próprias desse sistema flexível gera um movimento de mudanças e transações internas extremamente velozes, de modo a deixar a circulação de informação e conhecimento igualmente rápido e imediato. A viabilidade de acesso a essas informações e sua mutabilidade constante são essencialmente necessárias ao funcionamento dessa lógica produtiva que usa a inovação, a mobilidade, a diferenciação e a diversificação como meios de adaptar seus ganhos de lucro em um ambiente altamente competitivo e com aspectos comportamentais que ela própria criou.

O caráter das informações é abrangente e relativo tanto a dados mais superficiais quanto a conhecimentos mais profundos – porém não mais importantes – como conhecimentos científicos, técnicos, políticas de governo e mudanças políticas. O conjunto dessa gama de conhecimentos permite o acesso a uma considerável vantagem competitiva. O *saber* transforma-se em mercadoria, a valiosa mercadoria que Valle Barbosa (1985) constatou como sinônimo de riqueza de uma nação. Em condição de mercadoria, o desenvolvimento e organização do conhecimento tornam-se uma produção comercial, com base competitiva e com um propósito corporativo e com patrocínio de seu capital.

A passagem do fordismo para a acumulação flexível, enfim, marca um contexto de mutações que enfatizam características abordadas pela teoria pós-moderna, essa teoria que abrange “todo o mundo da mudança”, como disse Kumar (1997, p. 77), e que acompanha a promoção de modos de pensamento e comportamento individualistas, de uma cultura da livre iniciativa, do fim do universalismo e da padronização, de valores baseados no pluralismo e na fragmentação, da popularização da cultura. Cabe, ao menos, suspeitar que as interligações político-econômicas e cultural-ideológicas entre uma sociedade pós-industrial, de informação, flexível e uma sociedade pós-moderna são concretas.

As teorias desenvolvidas para responder às necessidades de compreender a condição social a que cada indivíduo está submetido podem significar premissas não comprovadas totalmente, mas principalmente se fundam na observação de fenômenos que marcam a transitoriedade de um estágio a outro, apontando a conscientização dessas transformações

como relevantes para o próprio desenvolvimento humano. Mesmo que sejam independentes umas das outras, as mudanças sociais, econômicas e culturais recentes ocorrem de modo conjunto e sugerem uma conectividade relativa às suas origens e às suas continuidades.

TABELA 4: Contraposição modernidade fordista e a pós-modernidade flexível

<i>Modernidade fordista</i>	<i>Pós-modernidade flexível</i>
economias de escala/código mestre/hierarquia homogeneidade/divisão detalhada do trabalho	economias de escopo/idioteo/anarquia diversidade/divisão social do trabalho
paranóia/alienação/sintoma habitação pública/capital monopolista	esquizofrenia/descentração/desejo desabrigados/empreendedorismo
propósito/projeto/domínio/determinação capital produtivo/universalismo	jogo/acaso/exaustão/indeterminação capital fictício/localismo
poder do Estado/sindicatos Estado do bem-estar social/metrópole	poder financeiro/individualismo neoconservadorismo/contra-urbanização
ética/mercadoria-dinheiro Deus Pai/materialidade	estética/dinheiro contábil O Espírito Santo/imaterialidade
produção/originalidade/autoridade operário/vanguardismo política de grupo de interesse/semântica	reprodução/pastiche/ecletismo administrador/comercialismo política carismática/retórica
centralização/totalização síntese/negociação coletiva	descentralização/desconstrução antítese/contratos locais
administração operacional/código mestre fático/tarefa única/origem	administração estratégica/idioteo andrógino/tarefas múltiplas/vestígio
metateoria/narrativa/profundidade produção em massa/política de classe racionalidade técnico-científica	jogos de linguagem/imagem/superfície produção em pequenos lotes/social movimentos/alteridade pluralista
utopia/arte redentora/concentração trabalho especializado/consumo coletivo	heterotopias/espetáculo/dispersão trabalhador flexível/capital simbólico
função/representação/significado indústria/ética protestante do trabalho reprodução mecânica	ficção/auto-referência/significante serviços/contrato temporário reprodução eletrônica
vir-a-ser/epistemologia/regulação renovação urbana/espaco relativo	ser/ontologia/desregulação revitalização urbana/lugar
intervencionismo estatal/industrialização internacionalismo/permanência/tempo	<i>laissez-faire</i> /desindustrialização geopolítica/efemeridade/espaco

Fonte: Harvey (1996, p. 304)

4. A NOVA SOCIEDADE DE CONSUMO E A MERCANTILIZAÇÃO DE TODAS AS COISAS

A atualidade presencia uma transição histórica que modifica a estrutura e a organização da sociedade e das relações de produção. A acumulação flexível, embora represente um novo regime no processo produtivo, segue sendo uma forma do sistema capitalista de produção e, portanto, mantém elementos essenciais ao capitalismo.

Nos “elementos e relações invariantes” do modo capitalista de produção, como propõe Marx, está o fato de que o capitalismo se molda a fim do crescimento. O crescimento tem de ser uma constante dentro do sistema econômico, visto que é através dele que se realizam o lucro e a acumulação do capital. Para isso, faz-se necessária a preparação do ambiente no qual o sistema está inserido para que esteja compatível ao alcance das respostas esperadas, é dizer, para que se alcance a expansão do produto e um crescimento em valores reais. Na visão capitalista, o crescimento é inevitável e positivo, ficando em segundo plano – ou em plano algum – as conseqüências sociais, políticas, geopolíticas ou ecológicas (HARVEY, 1996).

Sob essa perspectiva do crescimento inerente à ideologia e à lógica capitalistas, e considerando-se que o capitalismo é um sistema que para conservar sua perpetuidade mantém constante sua revolução, a cultura do consumo insere-se na sociedade contemporânea como um novo modelo de realização econômica debaixo das orientações do capitalismo contemporâneo.

Historicamente inerente à reprodução do sistema, a criação de necessidades assumiu nova dimensão ao longo da segunda metade do século XX, quando o capitalismo de consumo, com a estimulação ininterrupta da demanda, a mercantilização de todas as coisas e o aumento contínuo dos desejos e necessidades substituiu as economias de produção. Criaram-se novos costumes e novas relações materiais e temporais. As satisfações presentes e as aspirações de uma qualidade de vida renderam as expectativas do futuro. Não obstante a prática da sociedade de consumo seja datada de algum tempo, marcada pelas técnicas da publicidade, pelo automóvel, pela cultura da televisão, as duas últimas décadas indicam um novo estágio do capitalismo de consumo e uma transferência da sociedade de consumo para sua exacerbação: o que Lipovetsky chama de sociedade de *hiperconsumo*, onde há uma

transformação na organização da oferta e onde o comportamento cotidiano consumista torna-se excessivo (LIPOVETSKY, 2008, p. 12).

A criação de uma produção em massa de bens padronizados para um consumo em massa no sistema fordista preparou o caminho para uma economia de produção baseada na variedade, no tempo, na inovação e renovação dos produtos como instrumentos de competitividade empresarial. Decorrente disso, publicidade e comunicação agiram como instrumentos de conquista de novos mercados, visados qualitativamente sob uma ótica de diferenciação e diversificação do produto que releva gosto e necessidade do consumidor, fazendo com que a economia dirigida à oferta passe para uma economia direcionada à demanda, uma produção direcionada ao mercado consumidor (LIPOVETSKY, 2008). A sociedade do hiperconsumo é, em suma, uma nova forma de estímulo ao crescimento econômico, portanto capitalista, e de sustentação dos ganhos de lucro e de acumulação do capital que coincide com sua forma mais contemporânea, a acumulação flexível, e está envolta de valores culturais pós-modernos, como visto.

Na estrutura de consumo do capitalismo contemporâneo, a centralidade é dada ao agente consumidor e a lógica é dada pela mercantilização que transcende a materialidade, atingindo todas as experiências de vida. Nessa configuração produtiva estruturada no regime de acumulação flexível, regem normas de diversificação da oferta com base na satisfação dos consumidores, diminuição do tempo de vida dos produtos pela velocidade da inovação, crédito ao consumo, segmentação de mercados. Essas práticas paralelas a uma movimentação de globalização das empresas e de crescimento do capital multinacional sugere a evidência do caráter expansionista dessa veloz economia. A conduta consumista é inseparável da conduta da economia atual, e generalizou-se de tal modo que passou a permear as relações nas esferas aparentemente mais remotas à noção de mercado.

Com base nisso, Lipovetsky expõe o paradoxo contido na condição do indivíduo hiperconsumidor:

“De um lado, este se afirma como um ‘consumator’, informado e ‘livre’, que vê seu leque de escolhas ampliar-se, que consulta portais e compradores de custo, aproveita pechinchas do *low-cost*, age procurando otimizar a relação qualidade/preço. Do outro, os modos de vida, os prazeres e os gostos mostram-se cada vez mais sobre a dependência do sistema mercantil. Quanto mais o hiperconsumidor detém um poder que lhe era desconhecido até então, mais o mercado estende sua tentacular; quanto

mais o comprador está em situação de auto-administração, mais existe extrodeterminação ligada à ordem comercial” (LIPOVETSKY, 2008, p. 15).

É uma relação de interdependência, porém com compreensões bem distintas de condição – o mercado (a esfera empresarial) entende sua dependência do consumidor, mas o indivíduo não enxerga o controle (e a dependência) que o mercado exerce sobre ele. A cultura de consumo estabilizou-se nos interstícios da sociedade de forma tão homogênea que parece ter tornado obscura a essência dessa inter-relação aos olhos do consumidor.

Em sua discussão sobre as teorias do consumo, Mike Featherstone (1995) fala da perspectiva que aponta a expansão da produção capitalista de mercadorias como propulsora de uma cultura de consumo com uma extensa acumulação material representada por bens e locais de consumo. À medida que atividades de lazer ligadas ao consumo foram tornadas vastas e salientes nas sociedades ocidentais contemporâneas, salienta-se também o caráter duplamente simbólico do consumismo atual que exprime maior liberdade individual e igualitarismo de um lado e uma externa manipulação ideológica das relações sociais e de controle dos indivíduos através da sedução das mercadorias. Featherstone (1995) aponta ainda a perspectiva que concebe a cultura do consumo como meio de satisfação e *status* através do consumo de mercadorias, o que proporciona uma distinção social. Finalmente, a consideração das sensações causadas pela configuração de um imaginário da cultura de consumo, que produzem excitação física, prazeres estéticos e celebra desejos. Essas são tendências que evidenciam que a questão cultural sofre mudanças impactantes social e economicamente.

A expansão de mercadorias e do consumo, objetivo da produção já designado pela economia clássica, produz um desenvolvimento dessa ampliação de alcances que permite um consumo mais controlado e mais manipulado – retorna-se aqui ao papel da publicidade e da mídia na expansão da produção capitalista com a criação de novos mercados e comportamentos. Na gama diversificada de possibilidades de consumo, proporcionada pela mercantilização generalizada, Horkeimer e Adorno (1972) chamam a atenção para a elevação do valor de troca em detrimento do valor de uso nas atividades relativas ao lazer, à arte e à cultura que são produzidas e “filtradas” pela indústria cultural. Featherstone (1995, p. 33) faz referência a isso declarando que “a recepção é ditada pelo valor de troca à medida que os valores e propósitos mais elevados da cultura sucumbem à lógica do processo de produção e do mercado”.

Nessa cultura do consumo guiada pela lógica da modernização capitalista em que o valor de uso sucumbe em prol da generalização dos valores de troca, desmancham-se as qualidades e as essências de uma cultura tradicional ou alta-cultura. No capitalismo avançado, a cultura é valor de troca e torna-se popularizada (próxima das massas e difundida na sociedade) por assumir condição de mercadoria. Jameson (1997) relata que o que ocorre na produção estética, e portanto artística e cultural, atualmente é que ela está integrada ao sentido geral de produção de mercadorias. Está submetida à ordem mercadológica veloz de inovação e diferenciação estéticas, aproximando-se do sentido econômico. Subentende-se que a partir do momento em que o valor de troca assumiu dominância e suprimiu o significado de valor de uso inerente aos bens, é conquistada uma liberdade mercantil que abre as portas para conversão em mercadoria de uma grande variedade de categorias (FEATHERSTONE, 1995)

Encontramos a origem dessa condição mercadológica que infiltra até o âmbito da produção artística em algumas variações ocorridas na estrutura capitalista. No âmbito das relações de troca, o dinheiro surgiu como grande mediador e facilitador do intercâmbio de mercadorias, assumindo ele próprio, como já foi observado, a condição de mercadoria. Dentro do sentido inerente à troca, está o aspecto de que somente tem razão o intercâmbio de mercadorias qualitativamente diferentes e que existam em abundância para seus respectivos proprietários. Figura-se, assim, o sentido das relações de troca, quando há um agente desprovido de um bem que necessita e um agente oposto, que detém a mercadoria mas dela não precisa (HAUG, 1997).

O ato de troca subentende um valor de equivalência entre as mercadorias. Isolados das relações de troca, os produtos não podem manifestar um valor próprio, dado que este se manifesta essencialmente quando comparado com outro produto em uma relação comparativa de valores. Com o advento do dinheiro, as relações de troca, é dizer, as relações de mercado, exteriorizam o valor de troca das mercadorias à medida que estas são relacionadas quantitativamente pela “mercadoria-dinheiro”, a qual Haug (1997) se refere como a terceira mercadoria. Deteriora-se o valor de uso das coisas quando todas as coisas (materiais e imateriais) passam a ser produzidas com base no valor de troca que podem representar. Como define Haug (1997), a mercadoria deixa de ser um “meio de vida” para ser um meio de valorização.

A produção direciona-se para a venda e não para a utilidade dos bens. Porém, a venda é direcionada a supostas necessidades e satisfações dos consumidores. Isso causa uma

contradição nas relações de troca que mostra uma oposição de significados no mercado: a posição produtora ou detentora de mercadoria realiza seu objetivo de aquisição de valor de troca quando a venda se realiza; a posição consumidora somente realiza seu objetivo quando do uso e desfrute da mercadoria – valor de uso e valor de troca se opõe, porém manifesta-se a predominância de um em relação ao outro. Nessa relação econômica, o valor de uso é condicionalmente “mera aparência”:

“O aspecto estético da mercadoria no sentido mais amplo – manifestação sensível e sentido de seu valor de uso – separa-se aqui do objeto. A aparência torna-se importante – sem dúvida importantíssima – na consumação do ato da compra, enquanto ser. O que é apenas algo, mas não parece um ‘ser’, não é vendável. O que parece ser algo é vendável. A aparência estética, o valor de uso prometido pela mercadoria, surge também como função de venda autônoma no sistema de compra e venda. No sentido econômico está-se próximo de, e será finalmente obrigatório, em razão da concorrência, ater-se ao domínio técnico e à produção independente desse aspecto estético. O valor de uso estético prometido pela mercadoria torna-se então instrumento para se obter dinheiro. Desse modo, o seu interesse contrário estimula, na perspectiva do valor de troca, o empenho em se tornar uma aparência de valor de uso, que exatamente por isso assume formas bastante exageradas, uma vez que, da perspectiva do valor de troca, o valor de uso não é essencial. Nesse contexto, o aspecto sensível torna-se portador de uma função econômica: o sujeito e o objeto da fascinação economicamente funcional. Quem domina a manifestação, domina as pessoas fascinadas mediante os sentidos” (HAUG, 1997, p. 27).

Assim, no capitalismo comercial as relações de troca são permeadas por um interesse econômico que subordina o valor de uso ao valor de troca. E porque na estrutura produtiva a mercadoria corresponde às necessidades e desejos do consumidor, onde houver uma brecha de carência há uma possibilidade de ganhos de venda e haverá uma oferta de mercadorias correspondentes, com toda a aparência e estetização que concerne à sua condição.

A estética da mercadoria, que interage com o as relações de troca contemporâneas, exprime além de uma lógica cultural do capitalismo atual um paralelo com os valores pós-modernos inerentes à sociedade de hoje. Os sentidos de efêmero, performance (desempenho), imediatismo, fugacidade das sensações, o significante em lugar do significado, estão extremamente relacionados e são facilmente perceptíveis na conduta cultural da atualidade.

5. CONCLUSÃO

A sociedade atual é marcada por estar inserida em um período de contrastantes transformações culturais, políticas e econômicas, as quais, ambientadas em um cenário já de muitas evoluções, têm sua origem no mundo do pós-guerra em 1945, um mundo demandante de reestruturação em todos os âmbitos.

Assistiu-se à reconstrução da Europa nos anos que se sucederam e com ela a ascensão hegemônica de uma nação e de seu regime de acumulação: os Estados Unidos representavam o grande poderio mundial e seu sistema de produção fordista representava uma nova cultura de produção e de consumo. A criação de uma cultura do consumo de massa por certo modificou a estrutura de vida das pessoas, que passam a trabalhar para consumir. Mas, mais além, ao modificar a estrutura produtiva o sistema de produção em massa criou os meios para que o sistema capitalista de produção evoluísse para sua forma contemporânea: o regime de acumulação flexível.

A evolução do capitalismo que atinge seu estado contemporâneo apresenta uma coexistência com a formação de novas teorias sobre o mundo atual, as quais concernem amplamente à esfera cultural. A teoria da pós-modernidade ainda apresenta muitas ambigüidades quanto à consistência de seus valores apresentarem uma negação ou ruptura com o sentido de modernidade em lugar de uma continuidade deste, em lugar de apresentarem um estado de reflexão dos sentidos modernos. Porém, descontínua da modernidade ou não, a pós-modernidade está presente no estágio mais avançado do capitalismo contemporâneo. Sem embargo, quanto da dinâmica capitalista foi modificada com a reestruturação pós-moderna?

Decorrente do sistema de produção de acumulação flexível, uma nova sociedade de consumo foi formada com diretrizes que acentuam sentidos de diferenciação, diversificação, pluralismo, heterogeneidade, fugacidade, instantaneidade, efemeridade, sentidos de espetáculo, exagero, superficialidade, importância às aparências, destaque aos significantes. São todos valores inerentes ao sistema de produção contemporâneo e ao mesmo tempo identificáveis no sentido pós-moderno da cultura. A sociedade de consumo avançou para um estágio que a configura como sociedade do hiperconsumo, onde o valor de troca domina o valor de uso, onde a mercadoria é estetizada, onde todas as experiências possíveis são mercantilizadas. O modo de se produzir o mundo foi modificado, entretanto o mundo ainda é,

sem dúvida, capitalista, e a natureza de sua dinâmica segue intacta na busca contínua de maiores lucros que realizem a incessante acumulação de capital.

Nesse sentido, as condições capitalistas contemporâneas parecem ser antes a contextualização determinante do pensamento, prática, estética, sensibilidade, enfim, da cultura pós-moderna do que representações de mudanças ou rompimentos causadas por esta. O econômico ainda prevalece aos demais campos nos quais a vida humana é reproduzida. A virada para um tempo pós-moderno não representou nem tampouco representa uma mudança na condição social. O pós-modernismo ou reflete uma nova compreensão dessa condição social ou reflete as mudanças que abarcam o capitalismo atual. De todos os modos, a condição pós-moderna é uma condição de mercantilização de todos os aspectos da vida social e, portanto, concretiza a tese de Jameson de que o pós-modernismo é a lógica cultural do capitalismo atual.

REFERÊNCIAS

FEATHERSTONE, Mike. *Cultura de Consumo e Pós-Modernismo*. 1ª Ed. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FRITZ HAUG, Wolfgang. *Crítica da Estética da Mercadoria*. 1ª Ed. São Paulo: UNESP, 1997.

GIDDENS, Anthony. *As Conseqüências da Modernidade*. 5ª Ed. São Paulo: UNESP, 1991.

GIDDENS, Anthony, BECK, Ulrich, LASH, Scott. *Modernização Reflexiva*. 1ª Ed. São Paulo: UNESP, 1997.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. 6ª Ed. São Paulo: Loyola, 1996.

JAMESON, Fredric. *Pós-Modernismo*. 2ª Ed. São Paulo: Ática, 1997.

KUMAR, Krishan. *Da Sociedade Pós-Industrial à Pós-Moderna*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos da Metodologia Científica*. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LIPOVETSKY, Gilles. *A Felicidade Paradoxal*. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LYOTARD, Jean-François. *A Condição Pós-Moderna*. 8ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

ROUANET, Paulo Sérgio. *As Razões do Iluminismo*. 4ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

TEIXEIRA COELHO, José. *Moderno Pós-Moderno*. 2ª Ed. São Paulo: L&PM, 1990.

VIRILIO, Paul. *A Arte do Motor*. 1ª Ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

